

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

O EGRESSO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SANTA CATARINA E SUA OCUPAÇÃO PRO-  
FISSIONAL.

Dissertação para obtenção do título de  
Mestre em Administração.

TEREZINHA APARECIDA BIANCHINI DERNER

FLORIANÓPOLIS

1985

O EGRESSO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E SUA OCUPAÇÃO PROFISSIONAL.

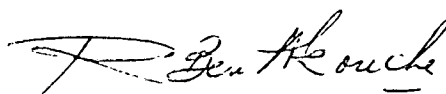
TEREZINHA APARECIDA BIANCHINI DERNER

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Administração (Área de concentração: Administração Universitária), e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Administração.



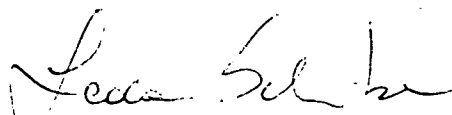
Prof. Antônio Niccoló Grillo  
Coordenador

Apresentado à Comissão Examinadora integrada pelos professores:



---

Prof. Rabah Benakouche - Orientador



---

Prof.ª Leda Scheibe - Co-Orientadora



---

Prof. Etienne Luiz Silva

A meus queridos pais Altamiro  
e Susana.

A meu companheiro e amigo  
Frederico.

A meus filhos e amigos Rober-  
to, Renato e Ricardo.

## AGRADECIMENTOS

Queremos deixar registrado nosso sincero agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho e em especial:

- Ao Professor Rabah Benakouche, pela orientação deste trabalho.

- A Professora Leda Scheibe, pelo apoio e orientação constante.

- A Professora Edna Maciel Fiod, pela colaboração prestada.

- Aos egressos do Curso de Pedagogia que tornaram possível este estudo.

- Aos amigos professores do Departamento de Estudos Especializados em Educação pelo apoio e incentivo.

- Ao Professor Valter Costa pela minuciosa revisão.

- Ao Professor Jarbas Benedet pela revisão estatística.

- A Acadêmica Terezinha Cardoso pela participação na tabulação dos dados.

- A Bibliotecária Rosaura Schmitz Schweitzer pela revisão bibliográfica.

- Ao Senhor João Inácio Müller pelos serviços datilográficos.

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo identificar a relação existente entre a formação a nível de graduação e a ocupação profissional dos egressos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina formados no período 1978/1982. Visou também caracterizar este profissional em termos de idade, sexo, formação de 2º grau, experiência anterior ao curso de graduação, formas de ingresso no trabalho, locais de trabalho, horas semanais dedicadas ao trabalho, remuneração, principais atribuições, além de dados sobre educação permanente e participação em órgãos de classe.

O estudo foi realizado junto a 99 egressos do curso, formados nas habilitações: Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Magistério uma vez que eram estas as habilitações oferecidas no período citado.

A pesquisa de caráter descritivo foi desenvolvida através da aplicação de um instrumento composto de 42 questões.

Os resultados da investigação evidenciaram uma baixa correlação entre habilitação cursada e ocupação profissional, uma vez que somente um entre três pedagogos estavam atuando efetivamente na área condizente com sua habilitação.

No entanto um dado apontado pela pesquisa e que merece atenção por parte dos estudiosos que buscam subsídios para reformulação dos cursos de formação do educador diz respeito ao significativo aproveitamento deste profissional. Verificou-se que de cada dez sujeitos pesquisados, oito estão atuando na área da educação e destes sete atuam a nível de estabelecimen-

to de ensino.

Como o trabalho não tem a pretensão de finalizar o estudo sobre as habilitações do Curso de Pedagogia, algumas sugestões são apresentadas a guisa de conclusão.

## ABSTRACT

The present study aims to identify the relations existing between the nature of the courses taken and the professional occupations followed by graduates coming out of the Course of Pedagogy at the Federal University of Santa Catarina during the period 1978-1982. The study also seeks to characterize these professionals in terms of age, sex, secondary school achievement, experience preceding the undergraduate course, ways of arranging employment, places of work, working hours per week, salaries, principal roles, and data concerning continuing education and participation in educational associations, etc.

The study was carried out on 99 graduates in the following subjects: School Administrations, School Supervision, Educational Advice and Teachership (these were the subjects offered in the period already cited).

This descriptive research was developed by the application of a questionnaire consisting of 42 items.

Investigation results showed a low correlation between courses taken and professional occupations: only one in three pedagogues were found to be active in the areas for which they were trained.

However, there is one item of data pointed out by the research which merits attention on the part of scholars looking for aid in the reformulation of educational undergraduate courses: the significant good use made of the professional. For each ten individuals studied, eight were found to be active

in the area of education, and of these seven were found to be active in a teaching establishment.

This work does not attempt to finalize studies on skills realated to the Course of Pedagogy. However, the work is concluded by presenting a number of suggestions in this direction.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I - CAMINHO OU DESCAMINHO NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR BRASILEIRO .....	5
1.1. Do Generalista ao Especialista .....	5
1.2. Generalista ou Especialista? .....	16
CAPÍTULO II - OBJETIVOS E LIMITES DA PESQUISA .....	21
2.1. Objetivos .....	21
2.2. Limites da Pesquisa .....	27
CAPÍTULO III - AMOSTRA: DESCRIÇÃO .....	30
3.1. Os Sujeitos da Pesquisa .....	31
3.2. Caracterização do Egresso .....	33
3.3. Situação Profissional do Egresso .....	36
3.4. Participação em Órgãos de Classe .....	41
3.5. Educação Permanente .....	42
CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS POR HABILITAÇÃO .....	44
4.1. O Egresso do Curso de Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar .....	44
4.2. O Egresso do Curso de Pedagogia com Habilitação em Supervisão Escolar .....	53
4.3. O Egresso do Curso de Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional .....	59
4.4. O Egresso do Curso de Pedagogia com Habilitação em Magistério .....	69

CONCLUSÕES .....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	82
ANEXOS	
Anexo 1 .....	88
Anexo 2 .....	107
Anexo 3 .....	109
Anexo 4 .....	111
Anexo 5 .....	113

## INTRODUÇÃO

O Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina completa neste ano de 1985, 25 anos de funcionamento. Durante esse período graduou um grande número de profissionais para a área da educação e, no entanto, não possui até a presente data dados sobre o egresso e sua ocupação profissional.

O egresso do Curso de Pedagogia é o profissional formado numa habilitação específica (Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional, Magistério, etc.) para atuar a nível de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus ou a nível de sistema (Secretarias de Educação, Coordenadorias de Ensino, etc). Os formados nas três primeiras habilitações citadas são denominadas de "especialistas", destinados a funções escolares não docentes, os formados na habilitação Magistério, são destinados à docência das matérias pedagógicas dos cursos de magistério de 2º grau (Escolas Normais).

Atualmente os Cursos de Pedagogia enfrentam uma série de questionamentos.

Há, em termos de país, um movimento de profissionais da

educação que analisa os efeitos do Parecer 252/69 do Conselho Federal de Educação, parecer este que regulamentou as atuais habilitações.

Entre estes profissionais há um consenso sobre a necessidade de se repensar a estrutura e os conteúdos ministrados neste curso, porém há uma dissensão em relação à permanência ou extinção das habilitações.

Propõe-se, então, este trabalho, elaborar um estudo sobre o egresso do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, buscando dados que possam ajudar a elucidar o debate da questão sobre as habilitações.

Pretende-se conhecer a atual situação profissional do egresso do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, formado no período 1978/1982, nas habilitações oferecidas durante este período: Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Magistério.

Para delinear-se um quadro sobre a ocupação profissional do egresso considerou-se essencial o conhecimento de dados que esclareçam as seguintes questões:

- 1) estão os egressos exercendo atividades profissionais?
- 2) qual o grau de absorção destes profissionais no mercado de trabalho?
- 3) existe relação entre habilitação cursada e funções profissionais exercidas pelos egressos deste curso?
- 4) estão os egressos do curso exercendo atividades que poderiam ser desempenhadas por profissionais com formação distinta ou com um nível de ensino não necessariamente superior?

5) estão as atribuições reais do egresso em consonância com as atribuições formais previstas na legislação?

O ponto de partida formal para a realização deste trabalho foi a análise dos dados empíricos coletados a respeito das questões acima colocadas. O ponto de chegada desejado foi uma interpretação mais sintética a respeito de alguns fatores que são importantes para o debate da questão que hoje se coloca a respeito do encaminhamento dos Cursos de Pedagogia.

Estes dados empíricos do trabalho foram obtidos junto a uma amostra de 99 profissionais egressos, através de um questionário.

No plano descritivo, este procedimento de coleta de dados permitiu um exame a respeito do que efetivamente está ocorrendo com os egressos do Curso de Pedagogia da UFSC.

No plano interpretativo, no entanto, procurou-se captar as possibilidades de mudança, num esforço para incorporar a abordagem empírica a uma perspectiva histórica mais dinâmica. Assim, a exposição do estudo inicia-se com dados sobre a evolução dos cursos superiores de educação a partir da década de 20 até os dias atuais, constituindo-se nisto o I Capítulo.

O Capítulo II tenta demonstrar como o movimento atual dos profissionais da educação, já em grande parte inserido na compreensão dos aspectos trabalhados no capítulo anterior, anseia por modificações nos Cursos de Pedagogia.

O Capítulo III apresenta a caracterização do egresso do Curso de Pedagogia da UFSC formado no período 1978/1982.

A apresentação dos resultados da pesquisa, por habilitação, encontra-se no Capítulo IV, onde é possível perceber os

desvios que há entre a habilitação cursada e a ocupação profissional.

A conclusão, não tem a pretensão de finalizar nada, mas sim repor algumas coisas importantes que foram ditas no decorrer do trabalho situando especialmente os dados empíricos na discussão maior. Algumas sugestões são apresentadas à guisa de conclusão.

## CAPÍTULO 1

### CAMINHO OU DESCAMINHO NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR BRASILEIRO?

#### 1.1. Do Generalista ao Especialista

A formação do educador pelo ensino superior, mais especificamente pelo Curso de Pedagogia já foi regulamentada, a nível nacional três vezes: em 1939, em 1962 e em 1969. Basicamente, o que aconteceu em termos de transformação efetiva neste caminho foi a diluição da formação básica, da fundamentação teórica, em benefício da formação de técnicos em habilitações que, no entanto, parecem carecer tanto de especificidade teórica (epistemológica) quanto de especificidade prática (empírica).

A primeira regulamentação se deu em 1939 através do Decreto-lei nº 1190 de 4 de abril, que organizou a Faculdade Nacional de Filosofia dividida em quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras, Pedagogia e Didática (FFCL). Pela primeira vez a legislação brasileira contemplou os educadores com um curso voltado somente para a formação de profissionais para a área de educação, docência e pesquisa.

Anteriormente, até 1931, a formação do professor para a rede pública de ensino era feita em escolas secundárias. Nas palavras de Valnir Chagas, o que tivemos até os anos 30 foi uma escola normal destinada a preparar os professores de primeiras letras: um curso geralmente de três anos que se assentava sobre um ensino primário inexistente como escolarização regular e sistemática<sup>1</sup>. Estes professores atuavam nas poucas escolas públicas existentes, uma vez que a formação escolar dos filhos das elites era feita, via de regra, nos colégios jesuítas e, posteriormente, no exterior.

No entanto, na década de 20 já começa a se fazer presente um movimento reivindicatório que pretende a ampliação da rede pública de ensino. Tal movimento vem no bojo das próprias modificações da estrutura econômica que acontecem neste período, quando a ordem agrária até então dominante passa a ser substituída por um processo industrial nascente, dando origem a novas forças sociais que levam ao questionamento da ordem e dos privilégios estabelecidos. Passa-se a exigir que o governo estenda aos novos grupos os benefícios da educação e da cultura, colocando-se a escolarização num patamar de valorização tão elevado que levou Jorge Nagle a cunhar as expressões "entusiasmo pela educação" e "otimismo pedagógico" para caracterizar a década<sup>2</sup>.

A Universidade Brasileira foi instituída neste clima de transformações, que culminou com a "Revolução de 1930", liderada por setores da classe dominante mais ligados ao mercado

---

<sup>1</sup>CHAGAS, V. Estudos superiores de educação. In: Formação do magistério; novo sistema. São Paulo, Atlas, 1976.p.57.

<sup>2</sup>NAGLE, J. Educação e sociedade na primeira república. São Paulo, EPU, 1976. p.99.



interno e que, descontentes com a política governamental de exportação, souberam conquistar o apoio das classes médias que ansiavam por mudanças significativas na sociedade.

Embora tivesse desencadeado todo um movimento progressista no campo da educação, de luta pela gratuidade e obrigatoriedade escolar contrapondo-se ao pensamento tradicionalista da época, ligado ao catolicismo, e que via na interferência do Estado um perigo de monopólio e na laicidade e co-educação, uma afronta aos princípios da educação católica<sup>3</sup>, o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/31) que deu nova forma ao ensino superior estabelecendo padrões de organização para todo o país, contrapôs-se aos modelos desejados pelos liberais devido às suas características nitidamente autoritárias de um governo que passou a legislar por decretos<sup>4</sup>.

O Decreto-lei que regulamentou a formação do educador e que esteve em vigência durante vinte e três anos (de 1939 até 1962) criou o chamado esquema 3 + 1, ou seja, o esquema através do qual o estudante obtinha o Bacharelado em curso de duração de três anos ao qual se acrescentava o diploma de Licenciatura após mais um ano do chamado "Curso de Didática". O Curso de Pedagogia incluía-se neste esquema.

O currículo previsto para o Curso de Pedagogia possuía as seguintes matérias obrigatórias:

- Complementos de matemática (1ª série)

---

<sup>3</sup>ROMANELLI, O. Organização do ensino e o contexto sócio político após 1930. In: \_\_\_\_\_ História da educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980. p.130.

<sup>4</sup>SCHEIBE, L. A formação pedagógica do professor licenciado; contexto histórico. Perspectiva. Florianópolis, 1(1): 33, ago./dez. 1983.

- História da filosofia (1ª série)
- Sociologia (1ª série)
- Fundamentos biológicos da educação (1ª série)
- Psicologia educacional (1ª, 2ª e 3ª séries)
- Estatística educacional (2ª série)
- História da educação (2ª e 3ª séries)
- Fundamentos sociológicos da educação (2ª série)
- Administração escolar (2ª e 3ª séries)
- Educação comparada (3ª série)
- Filosofia da educação (3ª série)

Na 4ª série, no denominado Curso de Didática, as matérias obrigatórias eram:

- Didática geral
- Didática especial
- Psicologia educacional
- Administração escolar
- Fundamentos biológicos da educação
- Fundamentos sociológicos da educação.

A base predominante nos cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, estava, portanto, nos três anos iniciais, isto é, no corpo do curso que constituía o bacharelado. O bacharel em Pedagogia sem a formação complementar do Curso de Didática, era conhecido como "técnico em educação", embora nunca houvessem sido definidas, de maneira precisa, suas funções. O licenciado em Pedagogia tinha direito de lecionar em Escolas Normais.

Foi esta a regulamentação do Curso de Pedagogia que vigorou até 1962, quando, em decorrência da aprovação pelo Con-

gresso Nacional da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 4.024/61), o Conselho Federal de Educação (CFE) baixou "currículos mínimos" para vários cursos, dentre os quais o de Pedagogia. Neste contexto foi aprovado o Parecer do CFE 251/62, de autoria do Conselheiro Valnir Chagas, que novamente regulamentou o curso.

É interessante ressaltar que, já neste momento, havia muita controvérsia com relação ao Curso de Pedagogia, sendo que muitos defendiam a sua extinção. Os argumentos para isto ligavam-se à acusação de que faltaria ao Curso conteúdo próprio. Já então argumentava-se que a formação do professor primário deveria se dar a nível superior (com a conseqüente extinção das Escolas Normais) e que a formação de técnicos em educação deveria dar-se em estudos posteriores ao da graduação<sup>5</sup>.

Valnir Chagas contra-argumentou em defesa do Curso de Pedagogia, afirmando ser este um curso erigido sobre o pressuposto das Escolas Normais, e, portanto, sobre o pressuposto de que os professores primários seriam formados em nível de curso secundário, já então uma solução talvez avançada para a realidade brasileira na qual uma grande parte dos professores que ensinam de 1ª a 4ª séries não possuíam formação além da formação primária.

Desta forma, com a reforma introduzida a partir de 1962 nos Cursos de Pedagogia, e que descreveremos a seguir, reafirmou-se este curso, ao nível de licenciatura, como o local de preparação, através da teoria e prática da escola primária, do professor destinado aos cursos normais. Por outro lado, o alu-

---

<sup>5</sup>CHAVES, E.O. O curso de pedagogia; um breve histórico e um resumo da situação atual. Cadernos do Cedes. São Paulo, 1(2):49, 1981.

no interessado apenas no bacharelado — o técnico em educação, continuou a ficar sem atribuições definidas ajustável a todas as tarefas não-docentes da atividade educacional<sup>6</sup>.

Manteve-se, portanto, em 1962, para o Curso de Pedagogia, o esquema de Bacharelado e Licenciatura, embora o Parecer 292/62 do CFE, que regulamentava as Matérias Pedagógicas para a Licenciatura, tenha procurado abolir o esquema 3 + 1, instituindo o princípio da concomitância do ensino do conteúdo e do método.

O currículo mínimo compreendia sete matérias, assim distribuídas:

1. Psicologia de Educação
2. Sociologia (Geral e da Educação)
3. História da Educação
4. Filosofia da Educação
5. Administração Escolar
- 6/7. Duas dentre as seguintes matérias: Biologia, História da Filosofia, Estatística, Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica, Cultura Brasileira, Educação Comparada, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais de Educação, Teoria e Prática da Escola Média, Introdução à Orientação Educacional.

A escolha das matérias 6 e 7, no entanto, não era do aluno e sim da instituição.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que vigorou a partir de 1961 até 1968, pode ser caracterizada como um documento de transição, que deu ênfase à organização esco-

---

<sup>6</sup>Id. Cadernos do Cedes. São Paulo, 1(2):50, 1981.

lar, mas que, no seu conjunto, foi mais um instrumento permissivo do que afirmativo<sup>7</sup>. Reais transformações no Curso de Pedagogia vão ocorrer apenas a partir de 1969, quando, em decorrência da Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), o Conselho Federal de Educação aprovou nova regulamentação para o Curso de Pedagogia através do Parecer 252/69, ainda hoje em vigência.

A Reforma Universitária de 1968 veio carregada por um projeto político conseqüente com um modelo econômico-social que passou a ser reforçado após a Revolução de 1964. Esta reforma, cuja lei passou a regulamentar o funcionamento do ensino superior brasileiro, foi feita sob a proteção de um Ato Institucional (nº 5) e do Decreto 477, evidenciando-se assim a dimensão de imposição que a acompanhou. Ainda, como pano de fundo, a Lei da Reforma Universitária baseou-se em algumas das suas diretrizes, numa combinação do Relatório Atcon (1966) e do Relatório Meira Mattos (1968).

O Relatório Atcon preconizava a necessidade de encarar a educação como fenômeno quantitativo, e portanto possível de ser resolvido tecnicamente, com o máximo de rendimento e mínima inversão. Para tal fim, a implantação de um sistema de ensino superior deveria dar-se nos moldes de uma grande empresa.

O Relatório Meira Mattos preocupou-se mais em apontar a falta de disciplina e autoridade como fatores de ineficiência do sistema de ensino superior. Assim, colocou a necessidade de instalação de um regime administrativo e disciplinar capaz de formar uma juventude mais democrática e responsável<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Id. Perspectiva. Florianópolis, 1(1):38, ago./set.1983.

<sup>8</sup> CHAUI, M. Ventos do progresso; a universidade administrada. Cadernos de Debate. São Paulo, (8):35, 1980.

Ambos, o Relatório Atcom e o Relatório Meira Mattos, elaborados com a decisiva participação e influência de técnicos norte-americanos, imprimiram a sua marca na Lei 5.540/68, em conformidade com a ênfase que estavam sendo dada ao nível político-econômico no Estado brasileiro.

A educação passa a ser vista cada vez mais como investimento individual e social. O lema "desenvolvimento como segurança" exige o aumento da produtividade do sistema de ensino pela via da sua racionalização. Conforme Kuenzer: isto porque a educação é encarada como instrumento capaz de promover, sem contradições, o desenvolvimento econômico pela qualificação da mão-de-obra, pela redistribuição de renda, pela maximização de produção e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da consciência política indispensável à manutenção do Estado autoritário<sup>9</sup>.

Condizente com a ideologia que passou a ser dominante nos meios oficiais, a qual enfatizava a racionalização e a neutralidade da técnica, difundiu-se a crença de que o sistema de ensino vigente era inoperante por ser mal administrado. Assim, seria necessário reformar e modernizar suas estruturas, tendo como modelo a administração empresarial a fim de se obter aproveitamento mais racional dos recursos.

A influência tecnicista entrou por duas vias no Curso de Pedagogia: através da estrutura e funcionamento do próprio curso, inserido nos princípios básicos da Reforma Universitária; e através da sua ocupação básica, a partir deste momento, qual seja, a formação de especialistas responsável pela admi-

---

<sup>9</sup>KUENZER, A. et alii. A pedagogia tecnicista. In: MELLO, G.N. org. Escola nova, tecnicismo e educação compensatória. São Paulo, Loyola, 1984. p.34.

nistração, supervisão, inspeção e orientação da organização escolar para o 1º e 2º graus.

Ficou bastante claro, através do Parecer 252/69, a função primordial que passou a ter o Curso de Pedagogia após a Reforma Universitária: formar "pedagogos" para a função de planejamento e controle da situação de ensino.

O Curso de Pedagogia, antes centrado em "generalidades educacionais", passa a formar um profissional em que a técnica prevalece sobre os conteúdos, em que os procedimentos prevalecem sobre os objetivos e finalidades<sup>10</sup>.

A formação para preparar o profissional habilitado a lecionar na Escola Normal continuou como uma das habilitações possíveis a ser oferecida pelo Curso de Pedagogia: passou a chamar-se a habilitação "Magistério", à qual o Parecer citado atribuiu também a função de preparar, ainda que como um subproduto, o professor primário, argumentando que, tanto do ponto de vista legal como do técnico, o professor do futuro professor primário pode também ser professor primário, bastando para isto incluir em sua formação as matérias Metodologia do Ensino de 1º grau e Prática de Ensino na Escola de 1º grau.

O Parecer 252/69 regulamentou as seguintes habilitações:

- 1) Magistério
- 2) Orientação Educacional
- 3) Administração Escolar
- 4) Supervisão Escolar
- 5) Inspeção Escolar.

---

<sup>10</sup> SILVA, J.I. Ação conjunta na formulação de propostas de formação do educador. Cadernos do Cedes, São Paulo, 1(2):7, 1981.

Além destas habilitações previstas pela lei, outras poderão ser eventualmente criadas, desde que elaborados planos concretos e apreciados pelo Conselho Federal de Educação.

O Parecer 252/69 também aboliu a distinção entre o Bacharel e o Licenciado em Pedagogia. Para qualquer das habilitações, o título é o de Licenciado, sob o argumento de que quem é portador de diploma de Pedagogia, em princípio, sempre pode ser professor de ensino normal. Para tanto, a Didática foi introduzida como matéria obrigatória, no Núcleo Comum.

Em síntese, são os seguintes os direitos de exercício profissional aos portadores de diploma de Pedagogia: (Cf. Parecer 252/69)

- 1) exercício das atividades relativas às habilitações registradas em cada caso;
- 2) o exercício de magistério, no ensino normal daquelas disciplinas correspondentes às habilitações específicas e à parte comum do curso;
- 3) o exercício do magistério na escola primária, apenas quando incluídas, na sua formação, as matérias Metodologia do Ensino de 1º grau e Prática de Ensino na Escola de 1º grau.

A duração mínima do Curso foi estabelecida em 1.100 horas para curso de duração curta e 2.200 horas em duração plena. Ainda, limitou-se em, no máximo, duas as habilitações que podem ser obtidas junto com o diploma, por aluno.

As matérias obrigatórias dos cursos, em termos de mínimo a ser cumprido são as seguintes:

Núcleo comum

- 1) Sociologia Geral
- 2) Sociologia da Educação



- 3) Psicologia da Educação
- 4) Filosofia da Educação
- 5) História da Educação
- 6) Didática.

#### Habilitação "Magistério"

- 1) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau
- 2) Metodologia do Ensino de 1º grau
- 3) Prática de ensino na escola de 1º grau.

#### Habilitação Orientação Educacional

- 1) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau
- 2) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau
- 3) Princípios e Métodos de Orientação Educacional
- 4) Orientação Educacional
- 5) Medidas Educacionais.

#### Habilitação Administração Escolar (plena)

- 1) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau
- 2) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau
- 3) Princípios e Métodos de Administração Escolar
- 4) Estatística Aplicada à Educação.

#### Habilitação Supervisão Escolar (plena)

- 1) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau
- 2) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau
- 3) Princípios e Métodos de Supervisão Escolar
- 4) Currículos e Programas.

#### Habilitação Inspeção Escolar (plena)

- 1) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau

- 2) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau
- 3) Princípios e Métodos de Inspeção Escolar
- 4) Legislação do Ensino<sup>11</sup>.

## 1.2. Generalista ou Especialista?

Na retrospectiva histórica dos Cursos de Pedagogia colocada de forma sucinta no item anterior, é possível perceber a trajetória que estes cursos cumpriram estes anos: da formação do generalista passou-se à formação de um profissional especialista.

A formação básica do educador pelo Curso de Pedagogia ficou diluída em benefício da formação de técnicos em habilitações que, por sua vez, parecem carecer de especificidade tanto teórica quanto prática. O próprio CFE aprovou, posteriormente ao Parecer 252/69, as Indicações 67/75, 68/75, 70/76 e 71/76 de autoria também do Conselheiro Valnir Chagas, no sentido de modificar ou de melhorar uma série de questões que se colocaram com a aplicação do Parecer. No entanto, estas indicações não chegaram a entrar em vigor pois foram sustadas a nível do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Tais indicações, na análise que faz delas Dermeval Saviani<sup>12</sup>, talvez tivessem possibilitado algumas aberturas, no entanto, apresentavam também sérios riscos. Por exemplo, ao

<sup>11</sup>Id. Cadernos do Cedes, São Paulo, 1(2):55, 1981.

<sup>12</sup>SAVIANI, D. Uma estratégia para a reformulação dos cursos de pedagogia e licenciatura. In: SAVIANI, D. et alii. A formação do educador. São Paulo, Ande, s/d. pp.1-6.

conferir aos cursos de formação de educadores o "status" de especialização (pós-graduação "latu sensu") estariam correndo o risco de reduzir a duração desses cursos para dois anos em média, tornando ainda mais precária a formação do educador. Saviani lembra, nesta análise, que nos últimos anos muitos professores já habilitados nas chamadas "licenciaturas de conteúdo" têm ocorrido aos cursos de Pedagogia para obter um título adicional e que, apesar de sua experiência em magistério, nem por isso se revelaram educadores mais competentes.

O Curso de Pedagogia está hoje na pauta das discussões mais acirradas no campo educacional. Todos percebem a necessidade de mudanças: agências formadoras, instituições que absorvem o profissional formado, órgãos oficiais, estudantes e educadores de uma maneira geral. Evidentemente, estas mudanças não estão sendo pensadas da mesma maneira pois os interesses sociais e políticos são bem diferentes e conflitantes, apesar de nem sempre bem definidos e manifestos<sup>13</sup>. No entanto, a questão central das divergências gira em torno das habilitações. As posturas vão, desde a inteiramente favorável à divisão de tarefas no campo educativo até a postura que reivindica a total supressão das habilitações em favor do educador generalista.

Estas questões estão presentes hoje nas discussões e trabalhos levados a efeito na comunidade educacional, a ponto de converterem-se num movimento nacional de estudos sobre a formação de recursos humanos para a educação, envolvendo educadores que atuam a nível de macro-sistema (MEC, CFE, Secretarias de Educação) e a nível de micro-sistema (estabelecimen-

---

<sup>13</sup> Id. Cadernos do Cedes, São Paulo, 1(2):6, 1981.

tos de ensino).

O debate em torno da questão é inovador na medida em que as discussões surgiram predominantemente da base, pois as reformas e regulamentações deste curso sempre ocorreram de cima para baixo, sem que os educadores, aqueles que estão efetivamente atuando, tivessem oportunidade de se manifestar.

Foi a partir dos anos 70 que esta discussão ampliou-se entre os educadores, preocupados com o papel da escola e da prática ali desenvolvida. Em 1978, realizou-se em Campinas, São Paulo, o 1º Seminário de Educação Brasileira, tendo como ponto central dos debates a formação do educador e seu respectivo curso de graduação, concluindo-se pela necessidade de repensar a educação, o papel político do educador e os conteúdos abordados nestes cursos.

Seguiu-se a este evento a realização em 1980 da 1ª Conferência Brasileira de Educação que focalizou o tema Política Educacional, onde os participantes criaram o Comitê Nacional Pró-Formação do Educador. Este Comitê tem como objetivo articular as atividades dos educadores que visam desencadear o processo de mudança necessária nestes cursos e impedir que as decisões sobre a formação dos futuros educadores e seu trabalho se façam sem a sua participação.

Posteriormente foram criados os Comitês Regionais em vários Estados que, juntamente com o Comitê Nacional, sediado em Goiânia, passaram a sensibilizar e motivar educadores a participar de um "projeto alternativo que reflita realmente o pensamento e a experiência dos educadores brasileiros e que possa confrontar-se com os projetos restritos dos órgãos governamentais e não representativos dos educadores<sup>14</sup>.

<sup>14</sup>Id. Cadernos do Cedes, São Paulo, 1(2):8, 1981.

O Ministério da Educação e Cultura, por sua vez, também desencadeou um movimento e, através da Coordenadoria de Ciências Humanas e Sociais da Secretaria de Ensino Superior, instituiu uma comissão (memorando nº 31 de 23/06/80) com o objetivo de estudar estes cursos e propor mudanças a serem enviadas ao Conselho Federal de Educação (CFE).

A partir de 1981, coordenados pelo Ministério da Educação e Cultura, realizaram-se encontros estaduais, regionais e nacionais, onde os profissionais da educação tiveram oportunidade de elaborar propostas alternativas aos cursos de formação de recursos humanos para a educação.

Em novembro de 1983, foi realizado em Belo Horizonte o último destes encontros, em que os educadores de todo o País se fizeram representar através de seus delegados, para a elaboração da proposta final a ser enviada ao Conselho Federal de Educação. Neste documento, o ponto central que se constitui na grande reivindicação dos educadores é a autonomia da instituição (descentralização a nível de decisão e de execução) para montagem de cursos e currículos. Concluiu-se que é indispensável o poder central (MEC e CFE) legislar o mínimo possível sobre o assunto, permitindo que cada instituição compatibilize cursos e currículos com as características e necessidades regionais.

Esta autonomia, no entanto, implica em contrapartida, na grande responsabilidade da instituição em conhecer bem o contexto em que a insere, suas características e necessidades, os profissionais que precisa. Implica também em avaliar os cursos atuais, a formação oferecida e a situação atual do egresso para que, de posse de um diagnóstico, proceda às modificações

necessárias.

Na tentativa de esclarecer alguns aspectos quanto às habilitações do Curso de Pedagogia que venham a justificar ou não a permanência delas buscar-se-á, nesta pesquisa, evidenciar dados capazes de auxiliar o esclarecimento da questão.

## CAPÍTULO 2

### OBJETIVOS E LIMITES DA PESQUISA

#### 2.1. Objetivos

O presente trabalho procura conhecer a atual situação profissional, do egresso, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, formado no período de 1978 a 1982.

Conhecer a situação profissional daqueles que estão se formando no Curso de Pedagogia é hoje uma necessidade para subsidiar as discussões que visam a melhoria e a própria reformulação do curso. Nenhum trabalho foi feito, nesse sentido, nos 25 anos de funcionamento deste Curso na Universidade Federal de Santa Catarina, e no momento em que se questiona resolutamente as suas habilitações, esta é uma tarefa inadiável.

Atualmente, o Curso de Pedagogia da UFSC oferece as seguintes habilitações:

Magistério	{	Disciplinas pedagógicas de 2º grau
		Educação Pré-Escolar
		Deficiente Mental
		Deficiente Auditivo

Especialistas {
 

- Administração Escolar
- Orientação Educacional
- Supervisão Escolar

No entanto, os egressos do período relacionado antecederam o surgimento das habilitações em Magistério: Educação Pré-Escolar, Deficiente Mental e Deficiente Auditivo. Assim, são os formados em Magistério: Disciplinas Pedagógicas de 2º grau (MA), e Especialistas: Administração Escolar (AE), Orientação Educacional (OE) e Supervisão Escolar (SE) que se constituem nos sujeitos da pesquisa.

Na origem da preocupação que gerou o desenvolvimento deste trabalho está a discussão de propostas alternativas para a formação do educador. Este profissional, que está sendo formado pelo curso que hoje é a referência fundamental dentro da área da educação, encontra trabalho que justifique a especificidade da sua formação?

A divisão do Curso de Pedagogia em habilitações, que resultou no aparecimento das especializações que aqui estão em pauta, é produto de um processo histórico durante o qual ocorre a massificação da escola pública, a qual passa a ser gerida de forma cada vez mais centralizada. Mas é também fruto de um corpo de idéias que penetrou amplamente no sistema educacional brasileiro com o discurso desenvolvimentista que se presenciou a partir do fim da década de 60. Neste momento em que o "desenvolvimento econômico com segurança" foi o fio condutor da ideologia do Regime Militar, a baixa produtividade do sistema escolar era apresentada como um dos entraves ao atingimento daquele objetivo. Apontou-se o produto inadequado do sistema escolar como responsável tanto pela baixa qualificação da mão-



de-obra e, portanto, pela desigualdade de distribuição de renda, como pelo despreparo das massas para o processo político<sup>15</sup>.

Foi como uma solução para esse impasse que o Estado brasileiro e grande número de intelectuais, especialmente os representantes dos interesses oficiais, privilegiaram a tecnologia educacional. A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a tecnologia educacional advogou a reordenação do processo educativo de modo a torná-lo objetivo e racional. Daí o parcelamento do trabalho pedagógico com a especialização de funções, postulando-se a introdução no sistema de ensino de técnicos-especialistas. Na pedagogia tecnicista, escreve Saviani, o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando professor e aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais<sup>16</sup>.

Com a teoria pedagógica-tecnicista houve um crescente processo de burocratização nas escolas. Ao acreditar-se que o processo se racionalizaria na medida em que se agisse planejadamente, tornava-se necessário baixar instruções para proceder de forma a que os diferentes agentes da escola cumprissem cada qual as suas tarefas específicas. O magistério passou então a ser submetido a um ritual altamente burocrático onde a especificidade educativa perdeu-se entre tantas outras.

---

<sup>15</sup> Id. Escola nova, tecnicismo e educação compensatória. São Paulo, Loyola, 1984. p.29.

<sup>16</sup> SAVIANI, D. Escola e democracia; teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez, 1985. p.17.

A chamada "gerência científica", introduzida nas escolas, é a própria lógica da empresa que se faz presente no sistema de ensino. Tal gerência, ninguém ignora, se manifesta na segmentação funcional expressa na disciplina vinda de cima para baixo, na hierarquização. Concentra-se e centraliza-se a decisão, segmentando-se a execução, e para cada nível de execução tem-se um nível mais ou menos hierarquizado de poder<sup>17</sup>.

Acontece que pela especialização formal, pela desqualificação que implica ou pode implicar tal especialização (ao parcelizar o saber), o todo se perde, e ainda pela normatização exigida, se pedem ou se exigem a conformidade e a docilidade.

O que normalmente não se explicita no corpo de idéias que compõem a pedagogia tecnicista e que, portanto, dão suporte à ação tecnicista, é a epistemologia subjacente à sua abordagem e a decorrente conceituação de educação.

Do ponto de vista epistemológico, é clara a postura voluntarista da abordagem tecnicista, apoiada no conceito positivista de ciência neutra e objetiva. Decorre daí um conceito de aluno como uma superfície maleável e inerte, onde é possível imprimir os comportamentos desejados<sup>18</sup>, o que justifica uma concepção autoritária da educação e caracterizada, assim como o taylorismo, pela heterogestão. As relações entre escola e sociedade ficam ocultas por uma abordagem exclusivamente interna dos problemas da educação, onde, por uma inversão no

---

<sup>17</sup> CURY, J. In: MELLO, G.N. Magistério de 1º grau; da competência técnica ao compromisso político. São Paulo, Cortez, 1982. p.4.

<sup>18</sup> GARCIA, L.G.S. Desregulagem; educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social. São Paulo, Brasiliense, 1981.

processo pedagógico, as técnicas determinam os fins<sup>19</sup>.

O que se colocou como uma solução para o impasse frente a realidade escolar brasileira de 1º e 2º graus, não tonou este sistema de ensino mais eficiente. Até parece que ocorre o contrário. Trata-se, portanto, de condenar as divisões de tarefas no campo educativo?

A divisão do trabalho na escola tem sua gênese também no acúmulo de conhecimentos a serem transmitidos e na fragmentação que esse conhecimento sofre no âmbito da sociedade. A primeira separação, portanto, entre os educadores, é determinada pela especialização e separação de disciplinas. Não vamos aqui discutir se esta separação é válida ou não. Ela é, em princípio, uma decorrência inevitável da expansão do conhecimento. A continuação desse processo se realiza na fragmentação do próprio ato de ensinar, que separa o conteúdo do método e se desdobra pela divisão do ensino-aprendizagem em etapas: de planejamento, estratégias e avaliação. Inclusive muitas teorias psico-pedagógicas informaram essa divisão e a consideraram um valor positivo, um progresso ou mesmo a "cientificização" da prática pedagógica<sup>20</sup>.

Considerada assim, abstratamente, a divisão do trabalho dentro da escola, faz sentido, pois resulta de uma necessidade objetiva. Porém, se considerarmos que as funções técnicas que foram implantadas pelos Cursos de Pedagogia no Brasil tem sua "racionalia" expressa nas teorias da tecnologia educacional

---

<sup>19</sup> Id. Escola nova, tecnicismo e educação compensatória. São Paulo, Loyola, 1984. p.49.

<sup>20</sup> MELLO, G.N. A supervisão educacional como função: aspectos sociológicos, ou sobre a divisão do trabalho escolar. Cadernos do Cedes, São Paulo, 2(6):55, 1982.

anteriormente analisada e que pretendem transplantar artificialmente para dentro da escola o modelo gerencial da empresa, só podemos esperar implicações negativas. Os passos formais deste modelo se transformam no conteúdo a ser exigido dos profissionais do ensino e o conteúdo do saber a ser transmitido pela escola passa para um segundo plano.

Face a essas considerações, o esclarecimento de questões que dão conta de atividade profissional que exercem os formados nas diversas habilitações que o Curso de Pedagogia da UFSC oferece, é fundamental. Tais esclarecimentos é que poderão fornecer subsídios efetivos para uma reorientação não apenas com relação à definição de habilitações que possam ser válidas para o contexto, mas também quanto ao currículo de formação.

Neste sentido, o presente trabalho, na busca de dados concretos, considerou essencial o conhecimento a respeito das seguintes indagações:

- a) estão os egressos exercendo atividade profissional?
- b) qual o grau de absorção deste profissional no mercado de trabalho?
- c) existe relação entre habilitação cursada e funções profissionais exercidas pelos egressos deste curso?
- d) estão os egressos do curso exercendo atividades que poderiam ser desempenhadas por profissionais com formação distinta ou com um nível de ensino não necessariamente superior?
- e) estão as atribuições reais do egresso em consonância com as atribuições formais previstas na legislação?
- f) os conteúdos trabalhados durante o curso foram úteis para o

desempenho das atividades profissionais que estão sendo exercidas?

## 2.2. Limites da Pesquisa

A área de abrangência desta investigação limita-se aos egressos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, formados no período de 1978 a 1982, nas habilitações em Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Magistério.

Os sujeitos foram definidos após um levantamento junto à Coordenadoria do Curso e ao Departamento de Administração Escolar, da listagem dos formandos graduados no período. De um total de 202 colações de grau, distribuídas entre 185 sujeitos, visto que alguns concluíram mais de uma habilitação ou colaram grau separadamente nas licenciaturas de 1º e 2º graus, optou-se por trabalhar com uma amostra que atingisse um mínimo de 50% dos egressos de cada habilitação. Afim de garantir esta amostra utilizou-se para a seleção dos sujeitos o método aleatório simples, sorteando uma amostra de 60% dos egressos de cada habilitação.

A amostra, portanto, ficou assim determinada:

- Administração Escolar - 16 sujeitos
- Supervisão Escolar - 20 sujeitos
- Orientação Educacional - 60 sujeitos
- Magistério - 15 sujeitos

perfazendo um total de 111 sujeitos.

Para a coleta de dados utilizou-se essencialmente um questionário contendo questões sobre a caracterização do egresso, sua formação profissional, situação profissional, participação em órgãos de classe, educação permanente e avaliação do curso realizado.

Isto posto, é possível perceber que a pesquisa tem como base as afirmações que o instrumental empírico quantitativo permite fazer sobre o tema proposto. O limite básico deste trabalho é, portanto, que ele não tem como captar todo o movimento da problemática.

Porém, ao se partir do pressuposto de que uma análise quantitativa dos aspectos relevantes de um objeto constitui um primeiro momento de apreensão deste objeto e mesmo um dos pontos de partida para um trabalho interpretativo, consideramos este um estudo necessário.

A coleta, sistematização e descrição de dados empíricos sobre a realidade que se quer conhecer e transformar representam um esforço de não se reconstruir a realidade apenas segundo critérios ditados pela subjetividade do pesquisador, mesmo porque esta subjetividade já está presente tanto nas motivações pessoais que levaram a eleger este como um objeto de estudo como nos pressupostos teóricos em que se basearam as questões colocadas e as interpretações anteriormente feitas.

A falta de controle burocrática e a dificuldade em recolher informações estatísticas sobre a Educação no Brasil e mais especificamente sobre a formação do profissional em educação, justifica, por si só, o esforço de organizar dados relevantes para a informação tanto de pesquisadores como de administradores da política educacional.

No entanto, é um estudo de caso que se apresenta aqui, e como tal, tem como finalidade primeira enfatizar a compreensão daquilo que está acontecendo com o egresso do Curso de Pedagogia da UFSC, nas habilitações específicas citadas. Logo, não é possível dizer, a partir desse estudo, se este caso é ou não um caso "típico". Outros estudos equivalentes em diferentes instituições é que poderão trazer a possibilidade de generalizações.

### CAPÍTULO III

#### AMOSTRA: DESCRIÇÃO

Nesta parte do estudo são apresentadas informações bastante gerais a respeito da amostra como um todo. Tais informações, obtidas através de questionário respondido (Anexo 1) permitem uma caracterização mais ou menos ampla dos egressos do Curso de Pedagogia formados no período de 1978 a 1982. Além desta caracterização, apresentamos alguns dados gerais sobre a formação e situação profissional dos egressos, bem como sobre a sua participação em órgãos de classe e educação permanente.

Enviado a 111 sujeitos, que representam 60% do total de egressos formados no período em estudo, 99 questionários foram efetivamente respondidos, garantindo-se assim uma amostra de 54%. Estes 99 sujeitos constituem portanto o referencial básico do estudo sendo denominados de egressos nos dados apresentados. Portanto a referência a egressos sempre se reporta aos sujeitos que preencheram o questionário de pesquisa.



### 3.1. Os Sujeitos da Pesquisa

O Curso de Pedagogia da UFSC graduou no período de 1978 a 1982, 202 formandos nas quatro habilitações que são objeto deste estudo. Estes formandos encontram-se assim distribuídos pelas diferentes habilitações:

TABELA 1  
Distribuição dos formandos do Curso de Pedagogia  
por habilitação e por ano de conclusão - 1978/82.

HABILITAÇÃO	1978	1979	1980	1981	1982	TOTAL
Administração (AE)	10	6	10	1	5	32
Supervisão (SE)	7	15	12	2	3	39
Orientação (OE)	26	25	17	15	17	100
Magistério (MA)	8	6	8	4	5	31
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	<b>52</b>	<b>47</b>	<b>22</b>	<b>30</b>	<b>202</b>

Estas 202 colocações de grau estão distribuídas entre 185 sujeitos, uma vez que alguns concluíram, neste período, mais de uma habilitação e/ou colaram grau separadamente nas licenciaturas de 1ª e 2ª graus. No entanto, dos 99 sujeitos da amostra que efetivamente responderam ao questionário, apenas no ve possuem mais de uma habilitação. Verifica-se isto na Tabela 2.

TABELA 2

Número de egressos da amostra que concluíram mais de uma habilitação no período 78/82

HABILITAÇÃO	Nº	ABS
Orientação Educacional e Supervisão Escolar	3	
Orientação Educacional e Administração Escolar	2	
Orientação Educacional e Magistério	2	
Administração Escolar e Magistério	2	
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	

Tomando como base a primeira habilitação concluída, temos um total de 185 sujeitos distribuídos entre as quatro habilitações, nas seguintes proporções:

TABELA 3

Distribuição do número de sujeitos que concluíram o Curso de Pedagogia segundo habilitação primeira colocação de grau e ano de conclusão - 1978/82.

HABILITAÇÃO	1978	1979	1980	1981	1982	TOTAL
Administração	6	5	9	1	5	26
Supervisão	4	14	10	2	3	33
Orientação	25	24	17	15	17	98
Magistério	6	6	7	4	5	28
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>49</b>	<b>43</b>	<b>22</b>	<b>30</b>	<b>185</b>

Verifica-se nesta tabela que a habilitação que mais formou no período 1978/1982 foi Orientação Educacional, responsável

vel pela formação de 53% dos egressos. Em seguida vem Supervisão Escolar com 18%, Magistério com 15% e Administração Escolar com 14%. Nota-se também uma queda no número de conclusões nas quatro habilitações a partir de 1981.

### 3.2. Caracterização do Egresso

Os dados coletados junto ao egresso do Curso de Pedagogia indicam que a maioria dos egressos (53%) encontram-se na faixa de 26 a 30 anos e apenas 10% possui mais de 35 anos. Portanto 73% possui menos de 30 anos (Vide Tabela 4).

TABELA 4

Distribuição do egresso do Curso de Pedagogia por idade - 1978/82.

IDADE	Nº ABS.	Nº REL. (%)
20 a 25 anos	20	20
26 a 30 anos	52	53
31 a 35 anos	17	17
mais de 35 anos	10	10
TOTAL	99	100

Quanto ao sexo, é possível verificar que a grande maioria é do sexo feminino (97% conforme a Tabela 5). Esse dado apenas confirma o de todas as estatísticas, pelo menos as que tomam o magistério das quatro primeiras séries do 1º grau. Não se pretende aqui entrar num estudo mais profundo a respeito

das características e contradições do magistério, decorrentes de sua sexualização como carreira feminina. Existem vários estudos a este respeito, aos quais remeto: Gouveia<sup>21</sup>, Bruschini<sup>22</sup>, Barroso e Mello<sup>23</sup>, Lewin<sup>24</sup> e Mello<sup>25</sup>. Porém, é importante reter destes estudos algumas conclusões tais como a de que a condição feminina está na origem da própria escolha da carreira docente e de que o esvaziamento do sentido profissional do magistério tem a ver com esta condição.

TABELA 5

Distribuição dos egressos por sexo - 1978/82.

SEXO	Nº ABS.	Nº REL. (%)
Masculino	3	3
Feminino	96	97
TOTAL	99	100

Dados a respeito do estado civil dos egressos indicam que pouco mais do que 50% são casados. Confrontando com os dados a respeito da idade dos egressos (73% possui menos de 30 anos) parece que esta é uma média que não apresenta maior sig-

<sup>21</sup>GOUVEIA, A.G. Professoras de amanhã; um estudo de escolha ocupacional. São Paulo, Pioneira, 1970.

<sup>22</sup>BRUSCHINI, M.C.A. Sexualização das ocupações; o caso brasileiro. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (28):5-20, Mar. 1979.

<sup>23</sup>BARROSO, C.L.M. & MELLO, G.N. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (15):47-77, dez. 1975.

<sup>24</sup>LEWIN, H. Educação e força-de-trabalho feminina no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (32):45-59, fev. 1980.

<sup>25</sup>Id. Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo, Cortez, 1982.

nificado.

TABELA 6

Distribuição do egresso por estado civil - 1978/82.

ESTADO CIVIL	Nº ABS.	Nº REL. (%)
Casado	55	56
Solteiro	42	42
Viúvo	1	1
Outro	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>99</b>	<b>100</b>

Os dados sobre a formação dos egressos indicam que 63% cursaram o nível de 2º grau o Curso Normal ou Habilitação Magistério. (Ver Tabela 7).

TABELA 7

Distribuição do egresso por tipo de curso a nível de 2º grau - 1978/82.

CURSO DE 2º GRAU	Nº ABS.	Nº REL. (%)
Normal ou Magistério	62	63
Outro	37	37
<b>TOTAL</b>	<b>99</b>	<b>100</b>

Já a nível de pós-graduação os dados coletados indicam que 33% concluíram ou estão cursando algum curso de especialização e apenas um sujeito realizou curso a nível de mestrado.

### 3.3. Situação Profissional do Egresso

Pela tabela 8 é possível verificar que 89% dos sujeitos da pesquisa exercem atividade profissional. E destes, apenas 17% exercem tal atividade em outra área que não seja a educacional (Tabela 9). É possível considerar, portanto, que há um bom nível de aproveitamento do profissional formado pelo Curso de Pedagogia, na sua área de formação, considerada esta a nível amplo.

TABELA 8

Absorção do egresso do Curso de Pedagogia no mercado de trabalho, por habilitação - 1978/82.

ABSORÇÃO	AE	SE	OE	MA	TOTAL	%
Exerce atividade profissional	13	17	47	11	88	89
Não exerce atividade profissional	2	3	3	3	11	11
TOTAL	15	20	50	14	99	100

TABELA 9

Distribuição do egresso que exerce atividade profissional por área de atuação - 1978/82.

ÁREA DE ATUAÇÃO	Nº ABS.	Nº REL. (%)
Educacional	73	83
Outra	15	17
TOTAL	88	100

Os dados indicam ainda que pouco mais do que a metade destes profissionais em exercício ingressaram no trabalho atra

vês de concurso (Tabela 10) e quase idêntico número pertence ao quadro do magistério (Tabela 11).

TABELA 10

Distribuição do egresso que exerce atividade profissional e formas de ingresso no trabalho - 1978/82.

FORMAS DE INGRESSO	Nº ABS.	Nº REL. (%)
Concurso	50	57
Indicação de Órgão superior	13	15
Indicação política	7	8
Outra forma	18	20
TOTAL	88	100

TABELA 11

Distribuição do egresso que exerce atividade profissional por situação funcional - 1978/82.

SITUAÇÃO FUNCIONAL	Nº ABS.	Nº REL. (%)
Pertence ao quadro do magistério	41	47
Remunerado por aula ministrada	3	3
Contrato CLT	29	33
Outra	15	17
TOTAL	88	100

A porcentagem de egressos que evidencia a dependência administrativa do campo de atuação dos profissionais indica 82% ligados ao setor público (Tabela 12). Como os dados a respeito de formas de ingresso no trabalho mostram que apenas uma porcentagem de 57% entrou via concurso no seu campo de trabalho

(Tabela 10) é possível levantar a hipótese de que ainda existem contratações, por órgãos públicos, através de indicação política ou outras formas de indicação.

TABELA 12

Distribuição do egresso que exerce atividade profissional por setor de trabalho - 1978/82.

SETOR DE TRABALHO	Nº ABS.	Nº REL. (%)
Público	72	82
Privado	11	12
Ambos	5	6
TOTAL	88	100

Diferentemente do que ocorre com os licenciados em conteúdos específicos (professores de matemática, história, línguas, etc.), os formados no Curso de Pedagogia apresentam, com elevado índice de frequência (93%), apenas um local de trabalho. (Tabela 13), com carga horária distribuída conforme os dados da Tabela 14.

TABELA 13

Distribuição do egresso que exerce atividade profissional por número de locais que trabalha - 1978/82.

LOCAIS DE TRABALHO	Nº ABS.	Nº REL. (%)
Um	82	93
Dois	5	6
Três	-	-
Mais de três	1	1
TOTAL	88	100



TABELA 14

Distribuição do egresso que exerce atividade profissional por carga horária semanal de trabalho - 1978/82.

CARGA HORÁRIA	Nº ABS.	Nº REL. (%)
Até 20 horas	7	8
de 20 a 30 horas	10	11
de 30 a 40 horas	52	59
mais de 40 horas	19	22
TOTAL	88	100

A tabela 15 pretende evidenciar onde os profissionais egressos do Curso de Pedagogia e que atuam na área educacional exercem o seu trabalho. É possível verificar que 70% exercem sua atividade a nível de estabelecimentos de ensino. 26% trabalham em órgãos ligados ao Sistema de Ensino (Estadual ou Municipal) e apenas 4% em empresas particulares.

TABELA 15

Distribuição do egresso que atua na área educacio-  
nal por habilitação e por local de trabalho - 1978/82.

LOCAL	AE	SE	OE	MA	TOTAL
. Pré-escola	1	2	9	1	13
. 1º grau	2	2	11	3	18
Estabelecimento de ensino . 2º grau	-	1	3	-	4
. 1º e 2º graus	1	4	1	2	8
. Superior	-	2	3	1	6
. Outro	-	1	1	-	2
. SEE	3	3	5	-	11
Nível de siste- ma . UCRE	1	-	1	-	2
. SLE	1	-	1	-	2
. PMF	1	1	2	-	4
Empresa	-	-	3	-	3
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>40</b>	<b>7</b>	<b>73</b>

Obs.: siglas utilizadas:

SEE - Secretaria de Educação do Estado

UCRE - Unidade de Coordenação Regional de Ensino

SLE - Supervisão Local de Ensino

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Quanto à remuneração dos egressos, existe uma variação que vai de um a sete salários mínimos, com uma concentração maior na faixa de dois a cinco salários (55%). Estes dados poderão ser verificados na Tabela 16.

TABELA 16

Distribuição do egresso que exerce atividade profissional por habilitação e remuneração - 1978/82.

VENCIMENTOS (EM SM)	AE	SE	OE	MA	TOTAL
Até 1 SM	-	-	1	2	3
1 - 2 SM	-	1	4	-	5
2 - 3 SM	3	3	5	3	14
3 - 4 SM	2	3	10	3	18
4 - 5 SM	1	2	13	1	17
5 - 6 SM	5	2	3	2	12
6 - 7 SM	1	1	4	-	6
Mais de 7 SM	1	5	6	1	13
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>46</b>	<b>12</b>	<b>88</b>

Obs.: Na época da pesquisa, agosto de 1984, o salário mínimo era de Cr\$ 77.500,00.

#### 3.4. Participação em Órgãos de Classe

Entre os 99 sujeitos que responderam ao questionário, ainda é relativamente pequeno o número daqueles que estão participando de alguma entidade de classe. A tabela 17 evidencia a participação de apenas 36%.

TABELA 17

Distribuição do egresso por habilitação, conforme participação em órgão de classe - 1978/82.

PARTICIPAÇÃO	AE	SE	OE	MA	TOTAL	%
Não	8	9	17	8	42	43
Sim	6	7	20	3	36	36
Em branco	1	4	13	3	21	21
TOTAL	15	20	50	14	99	100

São os seguintes as entidades às quais estão filiados os egressos:

- . Associação dos Professores da UFSC - APUFSC
- . Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina - ALISC
- . Associação Catarinense dos Professores - ACP
- . Associação dos Supervisores Escolares de Santa Catarina - ASESC
- . Associação dos Orientadores Educacionais de Santa Catarina - AOESC
- . Associação dos Servidores da SEE - ASSE
- . Associação dos Servidores da UFSC - ASUFSC.

### 3.5. Educação Permanente

No item educação permanente buscou-se dados sobre as formas empregadas para o profissional manter-se atualizado.

Foram colocados itens sobre leitura de periódicos, par-

ticipação em cursos, seminários, palestras. Perguntou-se também pela participação ativa em mesas redondas ou palestras, sobre a publicação de artigos, monografias e livros.

Os dados levantados evidenciaram que:

. 32% dos egressos que exercem atividade profissional ,  
lêem algum tipo de periódico técnico.

. 32% tem participado, como ouvinte, de palestra e seminários.

. 10% já publicou algum artigo ou monografia.

Estes dados evidenciam ainda o distanciamento de um grande número de profissionais de atividades de atualização pedagógica ou de atividades de envolvimento teórico relativo à sua atuação profissional.

## CAPÍTULO IV

### APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS POR HABILITAÇÃO

Neste capítulo pretende-se uma caracterização descritiva mais específica dos egressos do Curso de Pedagogia formados nos anos de 1978 a 1982.

Os dados, obtidos através de questionário (Anexo 1), são aqui particularizados por habilitação de tal forma que se possa perceber melhor até que ponto os formados em cada uma das habilitações atuam ou não na sua área específica de trabalho.

#### 4.1. O Egresso do Curso de Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar

O objetivo da Habilitação Administração Escolar é formar administradores para atuar tanto a nível de sistema (Secretarias de Educação, Coordenadorias de Ensino, Delegacias de Ensino) como a nível de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

As principais atribuições do Administrador Escolar se resumem num conjunto de funções específicas tais como organização e direção do trabalho em Educação, desenvolvimento de atividades de liderança e estímulo do comportamento humano, controle e avaliação dos resultados e apreensão do seu sentido social<sup>26</sup>.

O Curso de Pedagogia da UFSC, graduou na Habilitação Administração Escolar, no período 1978/1982, 32 sujeitos. Destes, 6 considera-se retorno, uma vez que já haviam concluído outra habilitação ou colaram grau separadamente em licenciatura curta e plena. Assim, temos somente 26 sujeitos dos quais 16 foram sorteados para fazer parte da amostra. Porém só 15 devolveram o instrumento de pesquisa o que resultou numa amostra de 58% do total de egressos da habilitação Administração Escolar formados no período citado.

Os dados apresentados a seguir mostram algumas das características dos egressos da habilitação em estudo:

- 47% possui menos de 30 anos
- 93% pertence ao sexo feminino
- 53% é casado.

Entre os formados pela habilitação em Administração Escolar chama a atenção o alto índice daqueles que já possuíam experiência no campo educacional antes de iniciar o Curso de Pedagogia, isto é, 73% dos egressos.

Outros dados indicam que:

---

<sup>26</sup> CONTRIBUIÇÃO para uma redefinição da licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. In: SAVIANI, D. et alii. A formação do educador. São Paulo, Ande, p.29.

- 60% cursou o Curso de Normal ou Magistério
- 27% possui curso de especialização.

A opção pelo Curso de Pedagogia entre os formados pela habilitação em Administração Escolar em grande parte não foi feita de forma aleatória. Os dados acima permitem inferir que há uma busca de aperfeiçoamento na área profissional em que já atuavam, uma vez que 60% dos formados nesta habilitação já são provenientes de Curso Normal e 73% já contava com experiência de magistério ao ingressar na Pedagogia.

A seguir são apresentados alguns dados a respeito da forma de ingresso no trabalho, locais e horas semanais de trabalho bem como de tempo de serviço.

- 60% ingressou através de concurso
- 87% trabalha apenas num local
- 80% trabalha no setor público
- 60% dedica de 30 a 40 horas semanais
- 47% está no atual emprego há mais de três anos.

No entanto é nos dados que seguem que encontramos uma informação decisiva: apenas 23% daqueles que foram habilitados para exercer a função de especialista em Administração efetivamente exercem este cargo.

TABELA 18

Distribuição dos egressos da habilitação Administração Escolar conforme cargos que ocupam - 1978/82.

CARGO	Nº	Percentual
Docente	1	8%
Especialista	3	23%
Outro	9	69%
TOTAL	13	100%



Conforme os dados da tabela 18 verifica-se que 8% dos egressos da habilitação Administração Escolar estão atuando como docentes. Estes profissionais lecionam em classes de 1ª à 4ª série do 1º grau. Os 23% que atuam como especialistas ocupam os seguintes cargos:

- diretor de escola de 1º grau
- diretor de pré-escola
- diretor de creche.

Os egressos que exercem atividade profissional e ocupam outros cargos citam os seguintes:

- assistente social
- administrador do Setor de protocolo e datilografia
- coordenador da bolsa de trabalho
- orientador e supervisor docente (microensino)
- agente administrativo
- supervisor local de educação
- técnico em atividades complementares.

Os egressos que estão ocupando cargos de especialistas, assinalaram que como Administradores Escolares, têm a seu cargo as seguintes tarefas previstas nos Documentos da Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina:

. Coordenar a elaboração, execução e avaliação do plano geral.

. Tornar conhecida as atribuições específicas de cada setor da estrutura e da organização de pessoal da escola.

. Providenciar a conservação, manutenção e higiene do ambiente escolar.

. Colocar à disposição da comunidade as instalações que puderem ser úteis às atividades comunitárias.

- . Acompanhar, controlar e avaliar o processo ensino-aprendizagem.
- . Coordenar a elaboração do relatório anual.
- . Participar da análise e aprovação dos planos, projetos e outras atividades referentes ao processo ensino-aprendizagem.
- . Promover, apoiar e convocar reuniões de estudo, encontro de professores, treinamento em serviço e aperfeiçoamento profissional.
- . Coordenar reuniões:
  - de Conselho de classe
  - Pedagógicas
  - de Avaliação de desempenho
  - Administrativas.
- . Participar de campanhas, festividades, comemorações etc.
- . Organizar cronogramas mensais de atividade.
- . Orientar e estimular o crescimento da Associação de Pais e Professores (APP).
- . Participar da definição de linhas, critérios e orientações que asseguram a unidade pedagógicas e desenvolvimento, de aluno.
- . Estimular o trabalho de todos os elementos.
- . Promover e coordenar o processo de integração escola-família-comunidade.
- . Propiciar um ambiente favorável ao bom relacionamento inter-pessoal.
- . Assistir aulas, atos ou exercícios escolares.
- . Participar de seleção dos professores que irão atuar na escola.

- . Coordenar a elaboração do currículo.
- . Coordenar o trabalho coletivo dos membros da escola na avaliação do plano geral da escola e da Secretaria de Educação.
- . Promover reuniões de avaliação do plano geral da escola como pais e representantes da comunidade.
- . Prever a designação do pessoal para determinados cargos, compatíveis com sua habilidade e conhecimento.
- . Prever a obtenção de recursos financeiros junto aos órgãos governamentais e/ou organizações diversas.
- . Promover reuniões de avaliação de atividades de ensino com as famílias.
- . Assegurar a participação da escola em atividades cívicas, culturais, sociais e desportivas da comunidade.
- . Prever a instalação de serviço de saúde, a fim de que os alunos sejam encaminhados a especialistas.
- . Prever programas de atualização para os pais através dos círculos de estudos, encontros e cursos, visando com veículo a Associação de Pais.
- . Promover o entendimento com empresas e outras instituições para fins de entrosagem, intercomplementariedade ou estágio de aluno.
- . Controlar a gestão econômica e financeira através de instrumentos pertinentes.
- . Outras:

Os egressos que ocupam outros cargos, já citados anteriormente, representam a maior parcela dos profissionais oriundos da habilitação Administração Escolar (69%). Estes profissionais citam as principais tarefas que executam.

Principais tarefas executadas:

- . Inscrição e seleção de professores.
- . Preenchimento e encaminhamento de folhas de pagamento.
- . Contrato de bolsistas.
- . Declarações.
- . Coordenação do setor de datilografia, reprografia e protocolo.
- . Seleção de crianças para creches.
- . Visitas domiciliares.
- . Orientação e acompanhamento de casos constatados por professores ou direção.
- . Reunião de pais.
- . Elaboração de termos de convênios.
- . Acompanhamento a execução dos convênios.
- . Análise de processos de solicitação de recursos de entidades particulares, etc.
- . Serviço burocrático/atendimento de pessoal.
- . Visita a escolas.
- . Planejamento de encontros.
- . Reuniões com pessoal das escolas.
- . Atendimento a solicitações.
- . Elaboração de memorandos.
- . Encaminhamento de processos.
- . Controle de verbas específicas.
- . Encaminhamentos de despachos.
- . Planejamento de atividades cívicas.
- . Avaliação das funções e das atividades.
- . Coordenação de várias atividades.
- . Organização administrativa.
- . Orientação pedagógica.
- . Orientação nos planos de aula destinados ao microensi

. Controle administrativo e financeiro na execução de projetos.

Efetivamente, portanto, apenas 23% da amostra estudada está sendo absorvida como especialista na área específica da sua habilitação.

É interessante notar porém que as funções exercidas por uma boa parte destes profissionais tem a ver com funções administrativas e de relações públicas dentro da escola ou de repartições relacionadas com o funcionamento das escolas. Isto significa um aproveitamento de habilidades administrativas gerais que, supõe-se, o profissional em Administração Escolar deva possuir. Significativamente, apenas 8% da amostra estudada ocupa cargo de docente propriamente dita.

A pequena percentagem (23%) de aproveitamento dos egressos da habilitação em Administração Escolar na função específica de sua profissionalização não surpreende se se considerar que até o presente momento tal cargo é considerado cargo de confiança do governo, não comportando, portanto, concurso para ingresso.

É ainda de fundamental importância considerar as transformações que se colocarão daqui para a frente com a implantação do novo Plano Estadual de Educação, (1985/1988) - discutido e colocado pela comunidade catarinense, que deliberou sobre a escolha de diretores de estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Estas deliberações colocam como requisitos necessários ao preenchimento destes cargos a formação superior, não atribuindo ao pedagogo nenhum privilégio.

Certamente a opção que hoje o Curso de Pedagogia oferece, na forma de habilitação em Administração Escolar, a nível de 3º grau terá que ser reconsiderada.

Outros dados levantados junto ao egresso de habilitação evidenciam que 40% participam das seguintes entidades de classe: Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC) e Associação Catarinense de Professores (ACP).

A respeito da educação permanente buscou-se informações sobre participação em seminários, jornadas, etc. e sobre as revistas técnicas que lê.

Verifica-se que 69% dos egressos têm participado de eventos como: Jornada da Educação, Semana da Pesquisa, Democratização da Educação - Plano Estadual de Educação, Cursos para Diretores, Liderança Comunitária e outros.

Sobre a leitura de revistas técnicas e didáticas verifica-se que somente 30% dos egressos fazem este tipo de leitura e citam como as mais procuradas a Revista da AMAE, Serviço Social e Sociedade, Publicações da Fundação Getúlio Vargas.

Pelos dados acima citados verifica-se que o egresso da habilitação Administração Escolar, embora participando de eventos educacionais, não se dedica à leitura técnica e didática com o mesmo empenho.

Tentou-se também colher alguns dados a respeito da relação entre os conteúdos e técnicas abordadas no Curso e o exercício efetivo da profissão. Considera-se que as opiniões emitidas a este respeito ficam bastante prejudicadas pela alta percentagem de egressos que não exercem efetivamente as funções de Administrador Escolar. No entanto, levando em conta que tais profissionais exercem, pelo menos em grande número, algu-

ma função no setor educacional, apresentamos no Anexo 2 um quadro com a opinião dos egressos a respeito das disciplinas que cursou durante a sua formação.

As disciplinas do Curso que foram consideradas como de maior utilidade para o trabalho que exercem são as seguintes:

- . Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau.
- . Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau.
- . Psicologia da Educação.
- . Legislação do Ensino.
- . Princípios e métodos de Administração Escolar.
- . Currículos e Programas.
- . Planejamento Educacional.
- . Administração da Escola de 1º e 2º graus.
- . Estágio Supervisionado.
- . Sociologia Geral.
- . Estatística Aplicada à Educação.

#### 4.2. O Egresso do Curso de Pedagogia com Habilitação em Supervisão Escolar

A habilitação Supervisão Escolar tem como suporte legal as leis 5540/68 e 5692/71 ambas preconizando em seus artigos 30 e 33, respectivamente a formação de supervisores escolares para atuar tanto a nível de estabelecimentos de ensino como do sistema escolar.

Portanto, o Curso de Pedagogia, ao oferecer a habilitação em Supervisão Escolar, tem como objetivo capacitar profissionais para atuarem no ensino de 1º e 2º graus na área espe-

cífica.

Pode-se dizer que a função da Supervisão é promover a organização e implementação do currículo; assegurar a comunicação entre os diversos níveis do sistema; organizar atividades que concorram para o aperfeiçoamento profissional dos docentes; assistir aos docentes no processo ensino-aprendizagem; pesquisar a realidade a que esteja ligada sua unidade de trabalho; instaurar criticamente o processo de avaliação<sup>27</sup>.

O Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina graduou no período 1978/1982, 39 sujeitos na habilitação Supervisão Escolar, 6 dos quais formaram-se em mais de uma habilitação ou colaram grau separadamente nas licenciaturas de 1ª e 2ª graus. Assim somente 33 sujeitos, são objetos desta pesquisa. Destes 33 sujeitos, 20 foram sorteados para preencher o instrumento de pesquisa representando 60% dos egressos formados no período.

A seguir são mostradas algumas das características dos egressos desta habilitação:

- 75% do egresso está na faixa de 26 a 30 anos
- 100% é do sexo feminino
- 70% é casado.

Entre os formados em Supervisão Escolar é possível também verificar que uma grande parte (75%) possuíam formação de 2ª grau na área do magistério e porcentagem significativa (60%) possuíam experiência no campo educacional. Verificou-se também que 30% dos egressos desta habilitação realizaram curso de especialização.

---

<sup>27</sup> Id. A formação do educador. São Paulo, Ande. p.29.



A seguir são apresentados alguns dados sobre os egressos que exercem atividade profissional.

- 53% ingressou através de concurso
- 80% trabalha apenas num local
- 75% trabalha no setor público
- 60% trabalha de 30 a 40 horas semanais
- 60% está no atual emprego há mais de três anos.

Os dados citados, evidenciam que dos egressos desta habilitação que exercem atividades profissionais, 53% ingressaram através de concurso. Verifica-se, também que o agente empregador que mais absorve este profissional é o setor público, onde se encontram 75% do egresso da habilitação.

Outros dados revelados sobre o egresso da habilitação Supervisão Escolar mostram que 80% destes profissionais trabalham num só local, 60% trabalham de 30 a 40 horas semanais e 60% estão no atual emprego há mais de 3 anos.

Na tabela 19 é possível perceber que 53% dos egressos exercem atividade profissional como especialista no campo para o qual foram preparados.

TABELA 19

Distribuição dos egressos da habilitação Supervisão Escolar que exercem atividade profissional conforme cargos que ocupam - 1978/82.

CARGO	Nº	Percentual
Docente	2	12%
Especialista	9	53%
Outro	6	35%
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>100%</b>

Os 12% que estão atuando como docentes trabalham na escola de 1º grau e no ensino superior: já os egressos que ocupam outros cargos (35%) citam os seguintes:

- técnico em assuntos educacionais
- secretária na Secretaria de Educação
- funcionário no Instituto Estadual de Educação.

Os egressos que estão exercendo cargos de especialistas assinalaram que como Supervisores Escolares, têm a seu cargo as seguintes tarefas previstas nos Documentos da Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina.

- Planejar as atividades de supervisão
- Organizar o serviço de supervisão
- Participar da elaboração e avaliação do plano geral da escola
- Orientar e acompanhar os planos de ensino
- Manter atualizado, o diagnóstico da escola
- Definir critérios e organizar as classes juntamente com o Orientador Educacional e professores
- Acompanhar a adequação do currículo e programa de ensino, métodos e técnicas ao nível de desenvolvimento, interesses e habilidades da classe
- Participar do planejamento, execução e avaliação de:
  - a) Conselho de classe
  - b) Reuniões pedagógicas
  - c) Reuniões com pais
- Participar de campanhas, festividades e comemorações promovidas pela escola e outros
- Sistematizar, orientar e acompanhar a execução do processo de avaliação na escola
- Organizar e coordenar o processo de recuperação de

estudos

- Participar na identificação e solução dos problemas que dificultam a aprendizagem

- Organizar e coordenar sessões de estudo, treinamento em serviço, curso de atualização para professores e outros

- Proporcionar adaptação e integração aos novos professores da escola

- Incentivar e promover a integração escola versus comunidade

- Outras.

Destas tarefas executadas pelos especialistas foram citadas como as mais freqüentes, as seguintes:

- Orientação, acompanhamento e avaliação das atividades curriculares

- Supervisão das UCREs

- Treinamento e reuniões

- Análise de processos

- Elaboração de pareceres

- Acompanhamento do trabalho dos professores

- Elaboração de projetos

- Orientação, acompanhamento e avaliação dos planos de ensino

- Métodos e técnicas de desenvolvimento, interesses e habilidades da classe

- Organização das classes

- Planejamento e execução de reuniões pedagógicas, conselho de classe e reuniões com os pais

- Orientação aos professores

- Avaliação dos docentes.

Analisando os dados da tabela 19 verifica-se que 53%

dos egressos da habilitação em estudo estão efetivamente ocupando cargos de especialistas e executando tarefas pertinentes a supervisão escolar.

Outro dado significativo evidenciado pela pesquisa é que 80% dos egressos desta habilitação atuam no campo educacional.

Há, portanto, uma relação considerável entre habilitação cursada e ocupação profissional e outra maior se considerar-se que 80% dos egressos desta habilitação militam na área da educação. Destes 80% de egressos que atuam no campo educacional verifica-se que 60% atuam a nível de estabelecimento de ensino e 20% a nível de sistema.

Outros dados levantados junto ao egresso desta habilitação revelam que 35% participam de entidades de classe como: Associação Catarinense de Professores (ACP) e Associação dos Supervisores Escolares de Santa Catarina (ASESC).

A respeito da educação permanente buscou-se informações sobre participação em seminários, simpósios, etc. e sobre as principais revistas técnicas e didáticas que lêem. Os dados evidenciaram que 55% dos egressos têm participado de eventos como: Jornada da Educação, Cursos de Aperfeiçoamento para Supervisores, Avaliação de Professores, Seminários sobre Supervisão e Recursos Humanos e outros.

Sobre a leitura de revistas técnicas verifica-se que apenas 15% lê e cita as seguintes: Revista da ANDE, Revista Educação Especial, Revista da AMAE. Pelos dados colocados percebe-se que a leitura de revistas técnicas e didáticas como forma de aperfeiçoamento e atualização não é muito considerada por este profissional.

Tentou-se também colher alguns dados a respeito da relação entre conteúdos e técnicas abordados no curso e o exercício efetivo da profissão. Considera-se bastante pertinente as opiniões emitidas a este respeito uma vez que é significativa a relação entre habilitação e ocupação. A relação de algumas disciplinas do curso e sua respectiva classificação encontram-se no Anexo 3.

As disciplinas do Curso que foram consideradas como de maior utilidade para o trabalho que exercem são as seguintes:

- . Princípios e métodos de supervisão escolar
- . Currículos e programas
- . Supervisão do ensino de 1ª e 2ª graus
- . Sociologia geral
- . Psicologia educacional
- . Estágio Supervisionado
- . Sociologia da Educação
- . Estrutura e funcionamento do ensino de 1ª grau.

#### 4.3. O Egresso do Curso de Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional

A habilitação Orientação Educacional tem como objetivo formar profissionais para atuarem nas escolas de 1ª e 2ª graus visando a individualização do atendimento dos alunos e a orientação vocacional.

Conforme CHABASSUS<sup>28</sup> a primeira vez em que se ouve fa-

---

<sup>28</sup> CHABASSUS, H. A formação do orientador educacional antes e depois do parecer 252/69; situação no estado de São Paulo. São Paulo, Loyola, 1976. p.24.

lar propriamente de Orientação Educacional no Brasil, data de 1934, quando Aracy Muniz Freire e Maria Junqueira Schmidt iniciaram na Escola de Comércio Amaro Cavalcanti, da Prefeitura do então Distrito Federal, um serviço de Orientação Educacional.

As primeiras leis que contemplam a Orientação Educacional no Brasil são:

. Lei Orgânica do Ensino Industrial - Decreto Lei nº 4043 de 30/01/1942.

. Lei Orgânica do Ensino Secundário (Lei Capanema) de 09/04/1942.

. Lei Orgânica do Ensino Comercial de 28/12/1942.

. Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 20/08/1946.

Três anos após a promulgação do Decreto Lei nº 4244 de 09/04/1942 - Lei Capanema, cria-se o primeiro curso de Orientação Educacional no Estado de São Paulo. O ingresso neste curso exigia que o candidato já fosse licenciado e tivesse três anos de magistério. Portanto, era um curso a nível de pós-graduação.

Como se vê, a formação do Orientador Educacional já ocorria no Brasil antes da promulgação das Leis 5.540/68 e 5.692/71 que preconizam em seus artigos 30 e 31, respectivamente, a formação de orientadores para atuarem no âmbito de escolas e sistemas escolares.

A partir de 1969, o Parecer 252/69 modifica sensivelmente a situação da Orientação Educacional que passa para o nível de graduação fazendo parte do leque de habilitações do Curso de Pedagogia.

O objetivo do Curso continua, porém, a ser o mesmo. Is-

to é, formar profissionais para o atendimento e aconselhamento individual dos alunos bem como a orientação vocacional.

O Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina graduou, no período 1978/1982, 100 profissionais nesta área, dos quais dois se caracterizam como retorno por terem cursado outra habilitação anteriormente.

Assim temos um total de 98 sujeitos que cursaram, como primeira habilitação, Orientação Educacional.

Destes 98 sujeitos, 50 preencheram o questionário da pesquisa garantindo uma amostra de 51% dos egressos.

Cabe ressaltar que no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, a habilitação Orientação Educacional apresenta-se como a habilitação mais procurada, sendo responsável pela formação de 53% dos egressos formados no período 1978/1982.

A seguir são apresentados dados sobre as características dos egressos da habilitação Orientação Educacional que fizeram parte da amostra.

- 44% possui menos de 30 anos
- 96% é do sexo feminino
- 50% é casado.

Verifica-se nos dados apresentados que o egresso da habilitação Orientação Educacional é quase que totalmente formado de elementos do sexo feminino com idade inferior a 30 anos.

Sobre o estado civil os dados evidenciam que 50% são casados.

Os dados apresentados a seguir mostram alguns dados sobre a formação profissional e experiência profissional do e-

gresso da habilitação em estudo.

- 60% cursou o Curso Normal ou Magistério
- 38% possui curso de especialização
- 2% possui mestrado
- 54% possuía experiência no campo educacional antes de iniciar Pedagogia.

Estes dados evidenciam que a maioria dos egressos da habilitação em estudo frequentou, a nível de 2º grau, o Curso Normal ou Magistério, cursos estes que têm como objetivo preparar os docentes das séries iniciais do 1º grau. Verifica-se também que 54% destes egressos já atuava no campo educacional antes de iniciar o Curso de Pedagogia.

Estes dados, formação de 2º grau e experiência profissional são significativos na consideração da opção pelo Curso de Pedagogia. Sugere uma continuidade na formação.

Dos egressos da habilitação em estudo, verifica-se que 94% exercem atividades profissionais e somente 6% não exercem no momento nenhuma atividade remunerada.

A seguir são apresentados alguns dados sobre os egressos que exercem atividade profissional.

- 49% ingressou através de concurso
- 92% trabalha apenas num local
- 79% trabalha no setor público
- 62% dedica de 30 a 40 horas semanais
- 64% está no atual emprego há mais de três anos.

Os dados demonstram que dos egressos da habilitação Orientação Educacional que exercem atividades profissionais, uma parcela de 49% ingressou no trabalho através de concurso. Por outro lado verifica-se que 79% destes profissionais atuam no



setor público, confirmando mais uma vez que o maior empregador do profissional egresso do Curso de Pedagogia é o setor público.

Verifica-se também que 92% dos egressos da habilitação trabalham apenas num local, 62% dedicam de 30 a 40 horas semanais ao trabalho e 64% estão no atual emprego há mais de três anos.

Os dados a respeito da distribuição dos egressos conforme cargos que ocupam revelam que 45% apenas ocupam o cargo de especialistas, sendo que destes apenas 66% exercem efetivamente o papel de Orientador Educacional.

TABELA 20

Distribuição dos egressos da Habilitação Orientação Educacional que exercem atividade profissional conforme cargos que ocupam 1978/82.

CARGO	Nº	PERCENTUAL
Docente	9	19%
Especialista	21	45%
Outro	17	36%
TOTAL	47	100%

Verifica-se que 19% dos egressos da habilitação em estudo, estão atuando como docentes. Lecionam nas classes de: pré-escolar, classe especial, classes da 1ª à 8ª série do 1º grau, classes de 2º grau, e ensino superior.

Verifica-se também que 45% dos egressos que ocupam cargos de especialistas estão distribuídos nos cargos de orientação, administração e supervisão da seguinte forma:

- 66% na Orientação Educacional
- 29% na Administração Escolar
- 5% na Supervisão Escolar.

Os 36% de egressos da amostra que ocupam outros cargos desempenham as seguintes funções: funcionário público, revisor, secretário de escola, auxiliar administrativo, agente administrativo, assistente administrativo, técnico de nível complementar, bancário, técnico em educação e oficial legislativo.

Os egressos que estão ocupando cargos de especialistas na área da Orientação Educacional, têm a seu cargo as seguintes tarefas previstas nos Documentos da Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina:

- Participar da elaboração execução e avaliação do plano geral da escola
- Planejar e organizar o serviço de orientação educacional
- Orientar e acompanhar os planos de ensino, com vistas ao desenvolvimento bio-psicossocial dos alunos e consequente aprendizagem
- Participar de estudos, diagnóstico e definições com vistas à adequação de currículos a programas de ensino
- Participar do planejamento, execução e avaliação de:
  - a) Conselho de Classe
  - b) Reuniões pedagógicas
  - c) Reuniões com pais
- Sistematizar, orientar e acompanhar a execução do processo de avaliação na escola
- Dinamizar sessões de estudo, treinamento em serviço e cursos de atualização de professores em aspectos relacionados à

área de Orientação Educacional.

- Orientar programa de adaptação e integração dos alunos à escola.

- Coordenar processo de identificação das causas que dificultam o ajustamento e a aprendizagem dos alunos.

- Acompanhar casos de dificuldades e encaminhá-los devidamente.

- Definir critérios para a organização das classes.

- Participar do processo de recuperação de estudos.

- Orientar os pais, professores e alunos sobre assuntos ligados ao desenvolvimento da criança e do adolescente.

- Acompanhar o desenvolvimento vocacional do aluno, coordenando o processo de informação profissional e de sondagem de interesses e aptidões.

- Organizar e manter atualizado o dossiê individual dos alunos e das classes.

- Supervisionar o estágio de estudantes de cursos de graduação em Orientação Educacional.

Os egressos que ocupam outros cargos e que representam 36% dos sujeitos da amostra citam que executam as seguintes tarefas:

- Custódia de letra de câmbio

- Aplicação em Open Market

- Aplicação em letras de câmbio, RDB e CDB

- Planejamento e execução de projetos na área da educação

- Atendimento às UCRES (Unidades de Coordenação Regional de Ensino)

- Coordenação pedagógicas e administrativa da Fucabem

- Revisão de atas taquigrafadas durante o discurso dos

deputados

- Expedição de portarias internas e externas, aposentadoria, averbação de tempo de serviço, ofícios, informações de processos

- Arquivamento da documentação escolar

- Organização de cursos de treinamento

- Expedição de certidões

- Coordenação do serviço dos funcionários

- Atendimento ao público

- Montagem de prospectos turísticos

- Guia turístico

- Trabalhos de datilografia

- Coordenação e encaminhamento de processos, fichas e

documentos

- Coordenação de projeto cultural

- Levantamento de necessidades de treinamento

- Execução de programa de treinamento

- Coordenação de cursos

- Planejamento e execução de projetos comunitários.

Analisando os dados da tabela 20 verifica-se que 21 egressos ocupam cargos de especialistas representando 45% do total da amostra. Estes cargos, porém, não são só na área da Orientação Educacional. Verifica-se que destes 21 sujeitos que atuam como especialistas 14 sujeitos operam na área da orientação, 6 sujeitos na administração e 1 sujeito atua como supervisor.

Portanto, em relação à habilitação Orientação Educacional somente 30% estão realmente atuando dentro da área específica da habilitação cursada isto é, exercem o cargo para o qual foram especificamente profissionalizados.

É importante, no entanto, verificar que dos egressos que exercem atividade profissional, 85% atua no campo educacional.

Constatando-se assim mais uma vez a existência de espaço para o pedagogo atuar no setor educacional. O que não ocorre é uma absorção do especialista na área específica de sua habilitação.

A pequena percentagem (30%) de aproveitamento dos egressos da habilitação em Orientação Educacional na função específica da sua profissionalização é surpreendente se se considerar o número de escolas de 1º grau da rede pública de ensino no Estado e a clientela desta escola que, via de regra, é oriunda da classe trabalhadora. Estas crianças apresentam uma série de defasagens e problemas, razão pela qual a figura do orientador seria de fundamental importância dentro da escola.

Por outro lado, verifica-se que uma parcela razoável de egressos, 36%, ocupa outros cargos executando tarefas, já arroladas anteriormente, que em sua quase totalidade são tarefas meramente administrativas e portanto aquém da formação profissional recebida no curso.

Outros dados levantados junto ao egresso desta habilitação evidenciam que 40% participam das seguintes entidades de classe: Associação dos Orientadores Educacionais de Santa Catarina (AOESC), Associação dos Enfermeiros de Santa Catarina (AESC) e Associação dos Professores do Instituto Estadual de Educação.

Sobre a educação permanente buscou-se informações a respeito de participação em seminários, jornadas, etc., e principais revistas técnicas e didáticas que lê.

Verifica-se que 42% têm participado de eventos como: Jornada Catarinense da Educação, Semana da Pesquisa, Democratização do Ensino - Plano Estadual de Educação, Cursos de Aperfeiçoamento para Orientadores e outros.

Sobre a leitura de revistas técnicas e didáticas verifica-se que 48% lêem as seguintes revistas: Revista de Orientação Educacional, Perspectiva CED/UFSC, Cadernos do CEDES, Revista da Ande, Revista Pedagógica, Revista da Administração Educacional Católica, Psicologia da Criança e outras.

Pelos dados acima citados verifica-se que o egresso da habilitação em estudo, tem boa participação em eventos educacionais e dedica-se ao aperfeiçoamento constante através de leituras específicas da área educacional.

Tentou-se também colher alguns dados a respeito da relação entre os conteúdos técnicos abordados no Curso e o exercício efetivo da profissão. Considera-se que as opiniões emitidas a este respeito ficam bastante prejudicadas pela alta percentagem de egressos que não exercem efetivamente as funções de Orientador Educacional. No entanto, levando em conta que tais profissionais exercem, pelo menos em grande número, alguma função no setor educacional, apresenta-se no Anexo 4, um quadro com opinião dos egressos a respeito de algumas disciplinas do Curso de Pedagogia.

As disciplinas do Curso que foram consideradas como de maior utilidade para o trabalho que exercem são as seguintes:

- . Psicologia Educacional
- . Currículos e Programas
- . Sociologia da Educação
- . Orientação Vocacional

- . Estágio Supervisionado
- . Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau
- . Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau
- . Princípios e Métodos de Orientação Educacional.

#### 4.4. O Egresso do Curso de Pedagogia com Habilitação em Magistério

A habilitação Magistério tem como objetivo formar os docentes que irão lecionar matérias pedagógicas nos Cursos Normais ou Magistério a nível de 2º grau que por sua vez formam os docentes para atuar no ensino de 1º grau (1ª à 4ª série).

O Magistério das matérias pedagógicas de 2º grau se define, enquanto atividade de docência, na formulação e execução do plano escolar, envolvendo atividades de classe e extra-classe, seleção de conteúdo e de técnicas e procedimentos da avaliação.

O professor habilitado nas disciplinas ou matérias pedagógicas de 2º grau atua em escolas públicas ou particulares, na forma regular ou supletiva, que tenham habilitação para o magistério das primeiras séries de 1º grau, ou de pré-escolar<sup>29</sup>.

No período 1978/1982 o Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina graduou 31 profissionais na habilitação Magistério, porém 3 já haviam cursado antes outra habilitação, restando então 28 sujeitos objetos da pesquisa. Des

---

<sup>29</sup>Id. A formação do educador. São Paulo, Ande, p.30.

tes 28 sujeitos formados no período citado, 14 responderam o questionário, representando 50% do total.

A seguir são apresentados alguns dados sobre as características dos egressos desta habilitação que fizeram parte da amostra.

- 71% possui menos de 30 anos
- 100% é do sexo feminino
- 57% é casado.

Verifica-se, pelos dados apresentados que a clientela da habilitação em estudo era, no período citado, formada exclusivamente de elementos do sexo feminino. Sobre idade os dados revelam que 71% possuíam menos de 30 anos, e que 57% são casados.

A seguir serão apresentados alguns dados sobre formação profissional e experiência profissional do egresso da habilitação Magistério.

- 57% cursou o Curso Normal ou Magistério
- 28% possui curso de especialização
- 57% possuía experiência profissional antes de iniciar Pedagogia.

Os dados revelam que a maioria dos egressos da habilitação em pauta, frequentou a nível de 2º grau o Curso Normal ou Magistério, cursos estes que preparam os docentes para atuar nas escolas de 1º grau, nas classes de 1ª à 4ª série.

Verifica-se também que 57% já possuíam experiência no campo educacional antes de iniciar o Curso de Pedagogia. Estes dois dados formação de 2º grau e experiência no campo educacional são indicadores de que a escolha pelo curso de Pedago-



gia foi uma escolha fundamentada numa intenção de continuidade na carreira.

Outro dado evidenciado pela pesquisa é que 28% dos egressos da Habilitação em estudo possuem curso de especialização.

Dos egressos da habilitação Magistério verifica-se que 78% exercem atividades profissionais e 22% não exercem, no momento, nenhuma atividade remunerada.

A seguir são apresentados alguns dados sobre os egressos que exercem atividades profissionais.

- 50% ingressou através de concurso
- 83% trabalha apenas num local
- 57% trabalha no setor público
- 33% trabalha mais de 40 horas semanais
- 66% está no atual emprego há mais de três anos.

Os dados evidenciam que dos egressos desta habilitação que exercem atividades profissionais 50% ingressaram através de concurso.

Verifica-se, também que o agente empregador que mais absorve este profissional é o setor público onde se encontram 57% o egresso da habilitação.

Outros dados evidenciados sobre o egresso da habilitação Magistério mostram que 83% destes profissionais trabalham num só local, que 33% trabalham mais de 40 horas semanais e que 66% estão no atual emprego há mais de três anos.

Os egressos que exercem atividade profissional estão ocupando cargos de docentes, de especialistas e outros. A tabela a seguir demonstra esta distribuição.

TABELA 21

Distribuição do egresso da habilitação Magistério que exerce atividade profissional conforme cargos que ocupam - 1978/82.

CARGO	Nº	PERCENTUAL
Docente	6	55%
Especialista	2	18%
Outro	3	27%
TOTAL	11	100%

Conforme dados da tabela 21 verifica-se que 55% dos egressos da habilitação Magistério, que exercem atividades profissionais, estão atuando como docentes. Estes profissionais estão trabalhando como docentes nas classes de pré-escola, 2ª série do 1º grau, professor de classe especial da Fucabem, professor da 3ª série do 1º grau, professor de Psicologia no Curso Normal e professor de Prática de Ensino no 3º grau.

Os 18% de egressos que atuam como especialistas ocupam cargos de diretor de escolas de 1º e 2º graus e citam como as principais tarefas que executam as seguintes:

- acompanhamento do processo ensino-aprendizagem
- acompanhamento da frequência docente, discente e do corpo técnico-administrativo
- providências quanto ao material didático
- observância das datas cívicas
- coordenação de reuniões e conselhos de classe.

Os egressos que exercem atividades profissionais e ocupam outros cargos citam os seguintes: auxiliar de direção, orientador técnico, funcionário público.

Analisando os dados da tabela 21 nota-se que 55% dos egressos da habilitação em estudo estão efetivamente ocupando cargos docentes porém somente um sujeito que representa 9% do total, está atuando como docente nas matérias pedagógicas dos cursos de 2º grau o que representa uma taxa baixíssima de aproveitamento do egresso da habilitação Magistério na área específica de sua profissionalização. Se se considerar o egresso que atua a nível de 3º grau como docente da disciplina Prática de Ensino este aproveitamento eleva-se para 18%. Os demais egressos que estão atuando como docentes trabalham em classes que podem ser conduzidas por profissionais sem curso superior.

Outro dado evidenciado pela pesquisa demonstra que 64% dos egressos da habilitação Magistério que exercem atividades profissionais atuam no campo educacional dentro dos estabelecimentos de ensino.

Outros dados levantados junto ao egresso desta habilitação revelam que 27% são filiados à Associação dos Licenciados de Santa Catarina - ALISC e Sindicato dos Professores.

Sobre a educação permanente buscou-se informações sobre participação em jornadas, simpósios, etc. e sobre principais revistas técnicas e didáticas que lê.

Os dados revelaram que 63% dos egressos têm participado de eventos como Jornada Catarinense de Educação, Encontro Nacional de Prática de Ensino, Semana da Pesquisa, Cursos de Alfabetização e Psicomotricidade, etc.

Sobre a leitura de revistas técnicas verifica-se que 36% lê e cita as seguintes: Psicologia Atual, Psicologia do Comportamento, Perspectiva CED/UFSC, Revista Pedagógica Brasileira, Técnicas de Ensino, EDIPE, etc.

Pelos dados colocados percebe-se que o egresso da habilitação Magistério procura atualizar-se principalmente através da participação em Seminários, Jornadas e cursos. Já a leitura de revistas e periódicos não é tão considerada.

Tentou-se também colher alguns dados a respeito da relação entre conteúdos e técnicas abordados no curso e o exercício efetivo da profissão. Considera-se que as opiniões emitidas a este respeito ficam bastante prejudicadas pela alta percentagem de egressos que não exercem efetivamente as funções de Magistério dentro da área específica de sua profissionalização. No entanto, levando em conta que 57% destes profissionais exercem atividades no campo educacional apresenta-se no Anexo 5 um quadro com a opinião dos egressos a respeito de algumas disciplinas do curso de Pedagogia.

As disciplinas do Curso que foram consideradas de maior utilidade para o trabalho que exercem são as seguintes:

- Metodologia de Ensino
- Prática de Ensino
- Filosofia da Educação
- Psicologia Educacional
- Legislação do Ensino
- Didática Especial
- Sociologia da Educação
- Biologia da Educação
- Planejamento Educacional.

## CONCLUSÕES

"O pensar ou repensar a educação é tarefa dos educadores que assumem hoje o futuro através de ações presentes. Pensar uma educação possível para um futuro não impossível. É uma forma de vencer a realidade presente."

IVANY RODRIGUES PINO

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de verificar, junto aos egressos do Curso de Pedagogia da UFSC, formados no período de 1978 a 1982, a sua inserção no mercado profissional. Também procurou-se captar algumas informações a respeito do contexto desta inserção e historicizar, embora de maneira sintética, a evolução do Curso de Pedagogia no contexto da formação do profissional para a educação brasileira.

Na origem da preocupação que originou o desenvolvimento deste trabalho está o movimento dos educadores que discutem hoje a questão da reformulação dos cursos de pedagogia e as

respectivas habilitações. Nessas discussões, realizadas em vários segmentos dos educadores, alguns pontos têm estado presentes em todas elas.

Questiona-se, em primeiro lugar, qual a especificidade do pedagogo e das habilitações, em que medida estes profissionais têm contribuído para a solução ou o agravamento dos problemas da educação escolar, cogitando-se inclusive na extinção dos cursos que formam estes profissionais.

Outra questão que têm estado no centro das discussões está sendo posta como a da formação de professores, na medida em que a docência é a atividade-chave naquilo que representa a especificidade da escola. Em torno desta questão os debates têm revelado um certo consenso no que se refere à formação dos professores da 1ª à 4ª série do primeiro grau. Já nas disciplinas de 5ª à 8ª série, o consenso diminui, pois trata-se de formar professores de matemática, português, história, etc., o que implica em discutir-se os cursos que formam estes profissionais e as licenciaturas. O debate prossegue e precisa envolver cada vez mais segmentos de educadores preocupados com essas questões.

O estudo aqui feito refere-se, portanto, a uma parte de uma questão que é mais ampla. Porém, sabe-se que qualquer decisão precisa estar apoiada no exame de situações concretas da escola hoje. E não se trata simplesmente de eliminar ou manter as habilitações do Curso de Pedagogia numa perspectiva corporativista que busca apenas a perpetuação de uma profissão legalmente definida. Trata-se, isto sim, de encaminhar soluções mais adequadas para garantir-se que a escola cumpra a sua especificidade, qual seja, neste momento histórico, a de

um instrumento importante, às vezes decisivo, no processo de transformação social, através da socialização dos conhecimentos.

É uma doença social muito grave que está no fundo de toda esta questão. A seletividade e a evasão presentes hoje na escola pública brasileira evidenciam que esta escola não é democrática, que esta ainda é uma escola para a minoria da população. Embora a escola tenha se expandido extraordinariamente nas últimas décadas, os índices de evasão nas séries iniciais permanece em torno de 40%, índice este que incide sobre as camadas economicamente desfavorecidas: a porcentagem de alunos com renda familiar mais baixa, cai de 18,1% na 1ª série para 5,5% na 5ª série e 0,9% na 8ª série, período diurno. O inverso ocorre com os alunos cuja renda familiar é mais alta<sup>30</sup>.

Com este quadro como pano de fundo, o Curso de Pedagogia direciona corretamente os seus esforços formando o profissional necessário, compatível e apropriado?

Os dados da pesquisa evidenciaram que a relação habilitação cursada versus ocupação profissional está na ordem de a cada três profissionais formados apenas um se encontra numa ocupação condizente com sua habilitação. Somente na habilitação Supervisão Escolar há uma maior relação, isto é, de cada dois formados um está numa ocupação condizente.

A habilitação que apresenta a menor relação é Administração Escolar, pois dos vinte sujeitos da amostra, apenas três se encontram em funções relacionadas com a formação (Diretor de 1º grau, diretor de pré-escola e diretor de creche).

---

<sup>30</sup> ROSEMBERG, Lia. Educação e desigualdade social. São Paulo, Loyola, 1984. p.54.

Na habilitação Magistério também verificou-se um desvio entre habilitação versus ocupação, somente 9% encontram-se lecionando disciplinas pedagógicas nos cursos de magistério de 2º grau.

Fica evidente que a relação habilitação versus ocupação deixa muito a desejar. E este não é um dado que surpreende, uma vez que sabemos que a grande maioria das escolas catarinenses de 1º grau não possui orientador educacional nem supervisor escolar. As condições ainda estão a requerer prioritariamente a figura do professor e não a figura do especialista. O administrador escolar, cargo exercido na grande maioria das escolas pelo seu diretor, é ainda cargo de confiança preenchido em grande parte dos casos por apadrinhados políticos, uma vez que não se requer formação específica para o seu exercício. Convém ressaltar ainda que o novo Plano Estadual de Educação já em implantação, prevê o preenchimento deste cargo através de eleição direta pela comunidade escolar, podendo concorrer ao cargo também o professor não especialista.

Portanto, o Curso de Pedagogia como está hoje permite o desvio e o desperdício de recursos, tempo e esforços direcionados para a formação de um profissional que o mercado de trabalho raramente absorve na área específica da habilitação. Entre estes desvios talvez o mais grave seja o alheamento deste curso ao problema crucial da educação brasileira - a alfabetização - e os problemas que daí decorrem.

No entanto, por outro lado, os dados pesquisados, evidenciaram um aspecto relevante sobre o egresso do Curso de Pedagogia da UFSC. Verificou-se que 83% dos sujeitos pesquisados atuam no campo educacional e que destes, 70% atuam diretamen-



te nos estabelecimentos de ensino, isto é, de cada dez pedagogos, oito estão atuando na área da educação.

Este é um dado de fundamental importância pois evidencia que o pedagogo é um profissional que tem mercado de trabalho potencialmente aberto na área da educação, fato este que exige uma ampla reflexão a respeito de sua formação.

Tudo indica que neste momento trata-se muito mais de investir na formação de um "pedagogo em geral", com uma sólida formação generalista no campo da educação. Formando-se o educador, este será capaz de exercer as atividades específicas que a maior ou menor divisão de tarefas, segundo a maior ou menor complexidade da organização educacional venha a exigir<sup>31</sup>. Trata-se de formar, num primeiro plano, o educador.

As condições brasileiras, e nosso trabalho reforça esta posição, estão a exigir o generalista, pois ainda não comportam a sofisticação de técnicos circunscritos à sua tarefa restrita. Sem a pretensão de esgotar esta problemática, é possível indicar que requisitos básicos na preparação deste profissional teriam a ver com uma sólida formação de história e filosofia da educação, capaz de abrir caminho para a compreensão dos problemas atuais da educação e desta como uma prática social articulada às demais práticas sociais. Também é requisito básico uma parte de instrumentação que se faz necessária para soluções competentes e que só serão competentes porque aliadas a uma visão mais profunda da problemática educacional. Destacamos aí a necessidade do conhecimento do processo de aprendizagem como fundamental, de modo a que este profissional

---

<sup>31</sup>Id. A formação do educador. São Paulo, Ande, p.3.

saiba articular o lógico (dos conhecimentos científicos, técnicos) com o psicológico (do ser que aprende).

Não se pretende extinguir as ocupações pedagógicas existentes na rede escolar. Estas ocupações são históricas, isto é, existem ou deixam de existir na medida em que respondem a necessidades historicamente postas. É na trama do real, no concreto das atividades educacionais que será possível ir identificando a legitimidade destas profissões, em que e como precisam ser modificadas. Propõe-se sim, a sua extinção a nível do Curso de Graduação em Pedagogia.

Neste momento tudo indica que a prática cotidiana da escola brasileira está mais a exigir profissionais sem limites inflexíveis de atuação, profissionais para uma prática mais coletiva, destinados a atuar nas diversas áreas do ensino básico.

Concluimos, com Saviani, que, ao invés de especialistas em determinada habilitação restrita, aquilo de que realmente estamos necessitando é de educadores com uma sólida fundamentação teórica desenvolvida a partir e em função das exigências da ação educativa nas condições brasileiras. Este será o profissional com habilitação polivalente capaz de enfrentar os desafios da nossa realidade educacional. A formação desse tipo de profissional é a tarefa urgente que cabe aos cursos superiores de educação, sejam eles denominados de Pedagogia ou não<sup>32</sup>.

Por outro lado temos consciência de que muitos dados que colhemos e apresentamos nos capítulos III e IV permitem a-

---

<sup>32</sup>SAVIANI, D. Contribuição e uma definição do curso de Pedagogia. In: Revista didata, (5):22, 1976.

inda inúmeras reflexões e análises mais aprofundadas. Assim, os dados a respeito da extrema predominância feminina entre os egressos, da sua formação anterior, do seu salário, horas de trabalho, da ainda pequena participação nas entidades de classe e do distanciamento que estes profissionais apresentam, em sua grande maioria, de atividades de atualização pedagógica ou de atividades de envolvimento teórico relativa à sua atuação profissional oferecem questões que podem ser aprofundadas posteriormente.

Também a seleção das disciplinas consideradas como de maior utilidade para o trabalho que exercem os profissionais apresenta uma dimensão de análise rica para a avaliação do curso. Porque algumas disciplinas também básicas na formação não foram consideradas ou tiveram baixo índice de escolha? Questões de conteúdo e questões que envolvem a prática pedagógica dos professores poderão estar presentes.

Outro tema de particular importância que não foi explorado neste trabalho tem a ver com as tarefas previstas nos documentos oficiais para orientação da ação dos especialistas nas escolas.

Mesmo sem uma análise de tais dados consideramos significativa sua inclusão neste trabalho porque estes poderão servir de ponto de partida para outros estudos que se fazem necessários no sentido de superar os problemas que hoje envolvem os Cursos de Pedagogia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ARAÚJO, L.S. Legislação do ensino superior; índice remissivo e jurisprudência. Rio de Janeiro, Renes, 1973.
02. ASSEFF, V.R.A. A prática pedagógica do professor: conservadora ou transformadora. Rio de Janeiro, PUC, 1981. /Dissertação de Mestrado/
03. BRASIL, Lei, decretos, etc. Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968. Lex; coletânea de legislação, legislação federal e marginalia, São Paulo, 32:1433-40, out./dez. 1968.
04. BRASIL, Leis, decretos, etc. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Lex; coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, 35:1114-25, jul./set. 1971.
05. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Superior. Seminários regionais; reformulação dos cursos de preparação de recursos humanos para a educação - coletânea. Brasília, 1982.
06. CAFÊ, M.H.B. A reformulação do curso de pedagogia. Inter-Ação, Goiás, 3(8):11-8, 1.sem. 1981.
07. CANDAU, V.M. A formação profissional dos especialistas em educação; uma nova perspectiva. Forum Educacional, Rio de Janeiro, 1(4):31-40, out./dez. 1977.
08. CASTRO, C.L.M. de. E o curso de pedagogia? Educação Brasileira, Brasília, 1(5):157-73, 2.sem. 1980.
09. CECCON, C. et alii. A vida na escola e a escola da vida. Petrópolis, Vozes, 1982.
10. CHABASSUS, H. A formação do orientador educacional antes e depois do parecer 252/69; situação no estado de São Paulo. São Paulo, Loyola, 1976.

11. CHAGAS, V. Formação do magistério; novo sistema. São Paulo, Atlas, 1976.
12. CHAUI, M. Ventos do progresso; a universidade administrada. Cadernos de Debate, São Paulo, (8):31-49, 1980
13. CHAVES, E.O. O curso de pedagogia; um breve histórico e um resumo da situação atual. Cadernos do Cedes, São Paulo, 1(2):47-68, 1981.
14. COELHO, T. O que é utopia. São Paulo, Brasiliense, 1980
15. FRANCO, M.L.P.B. & BALLETTA, A.A.A. de O. Cursos de pedagogia; o que oferecem e como são avaliados pelos alunos. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (30):65-72, set. 1979
16. FREITAG, B. Escola, estado e sociedade. 3.ed. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
17. FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva; um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo, Cortez, 1984.
18. \_\_\_\_\_ Seminário nacional sobre educação, formação profissional e mercado informal de trabalho. Forum Educacional, Rio de Janeiro, 6(1):78-81, jan./mar. 1982
19. CADOTTI, M. Educação e poder; introdução a pedagogia do conflito. São Paulo, Cortez, 1980.
20. \_\_\_\_\_ A faculdade de educação e a integração universitária. Cadernos do Cedes, São Paulo, 1(2):70-7, 1981
21. \_\_\_\_\_ Revisão crítica do papel do pedagogo na atual sociedade brasileira. Educação e Sociedade, São Paulo, 1(1):5-16, set. 1978.
22. GARCIA, L.G.S. Desregulagem; educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social. São Paulo, Brasiliense, 1981.
23. GARCIA, W. (coord.) Legislação e inovação educacional a partir de 1930. In: \_\_\_\_\_ Inovação educacional no Brasil; problemas e perspectivas. São Paulo, Cortez, 1980.
24. GOUVEIA, A.J. Professores de amanhã; um estudo da escolha ocupacional. São Paulo, Pioneira, 1970.
25. KONDER, L. O que é dialética. São Paulo, Brasiliense, 1981.
26. KUENZER, A.Z. Do especialista ao educador... ou, de como o pedagogo se transforma em intelectual orgânico. s.n.t. mimeo.
27. \_\_\_\_\_ As relações de produção e a educação do trabalhador: da distribuição desigual do saber à veiculação da concepção de mundo. São Paulo, PUC, 1984. /Tese de Doutorado/

28. LEMOS, D.G. et alii. A avaliação do curso de pedagogia na Universidade Federal Fluminense a partir do parecer 252/69 - egressos, 1º semestre de 1975. Revista da Faculdade de Educação, Niterói, 7(1):45-52, jan./jun. 1980
29. MARX, K. & ENGELS, F. Crítica da educação e do ensino. Lisboa, Moraes, 1976.
30. MELLO, G.N. de. Educação escolar e classe popular: uma reflexão sobre o atual momento educacional e político do Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE SUPERVISORES DE EDUCAÇÃO, 5, São Paulo, 1982. Anais... São Paulo, PUC, 1982.
31. MELLO, G.N. org. Escola nova, tecnicismo e educação compensatória. São Paulo, Loyola, 1984.
32. MELLO, G.N. A supervisão educacional como função; aspectos sociológicos, ou sobre a divisão do trabalho escolar. Cadernos do Cedes, São Paulo, 2(6):51-9, 1982
33. NAGLE, J. Educação e sociedade na primeira república. São Paulo, EPU, 1976.
34. \_\_\_\_\_. A instituição do curso de pedagogia e a preparação do especialista em educação. Educação e Sociedade, São Paulo, 3(1):136-8, 1979
35. OLIVEIRA, B.A. de. O estado autoritário brasileiro e o ensino superior. São Paulo, Cortez, 1981.
36. PARO, V.H. Escola e formação profissional; um estudo sobre o sistema regular de ensino e a formação de recursos humanos no Brasil. São Paulo, Cultrix/Fundação Carlos Chagas, 1979.
37. PRANDI, R. Os favoritos degradados; ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje. São Paulo, Loyola, 1982.
38. RASIA, J.M. Pedagogia e educação ou de como falar sobre o óbvio. Cadernos do Cedes, São Paulo, 1(2):9-27, 1981.
39. RIBEIRO, M.L.S. Curso de pedagogia; avaliação e tomada de decisão. Educação e Avaliação, São Paulo, (1):9-18, jan. 1981
40. \_\_\_\_\_. História da educação brasileira; a organização escolar. São Paulo, Moraes, 1982.
41. RODRIGUES, N. Estado, educação e desenvolvimento econômico. São Paulo, Cortez, 1982.
42. ROMANELLI, O. História da educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980.
43. RONCA, A.C.C. Desmistificação e comprometimento; os dois maiores desafios que se apresentam ao educador. Cadernos do Cedes, São Paulo, (8):5-10, 1983.

44. ROSEMBERG, L. Educação e desigualdade social. São Paulo, Loyola, 1984.
45. ROSSI, W.G. O papel do pedagogo na sociedade. Cadernos do Cedes, São Paulo, 1(2):28-38, 1981
46. SALM, C.L. Escola e trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980.
47. SANTOS, L.L. de C.P. O mito da eficiência no ensino; estudo crítico da tecnologia educacional. São Carlos, UFSCAR, 1980. /Dissertação de Mestrado/
48. SAVIANI, D. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71. In: GARCIA, W. org. Educação brasileira contemporânea; organização e funcionamento. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978.
49. \_\_\_\_\_. Contribuição a uma definição do curso de pedagogia. Revista Didata, (5):45-53, 1976
50. \_\_\_\_\_. Educação; do senso comum à consciência filosófica. São Paulo, Cortez, 1980.
51. \_\_\_\_\_. Escola e democracia; teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez, 1985.
52. \_\_\_\_\_. Tendências pedagógicas na formação do educador. Inter-Ação, Goiás, 5(8):63-9, 1.sem. 1981
53. \_\_\_\_\_. et alii. A formação do educador. São Paulo, Ande, s.d.
54. SCHEIBE, L. A formação pedagógica do professor licenciado; contexto histórico. Perspectiva, Florianópolis, 1(1):31-45, ago./dez. 1983
55. SCHUCH, V.F. Educação no Brasil; legislação mínima, ensino de 1º, 2º e 3º graus. Porto Alegre, Sulinas, 1976.
56. SEVERINO, A.J. Os equívocos do novo sistema de preparo de especialistas em educação. Educação e Sociedade, São Paulo, 3(9):165-7, maio 1981
57. SILVA, J.I. Ação conjunta na formação de propostas de formação do educador. Cadernos do Cedes, São Paulo, 1(2):7-8, 1981
58. \_\_\_\_\_. A educação do educador. Cadernos do Cedes, São Paulo, 1(2):39-46, 1981
59. SILVA, V.M. de F. Análise do processo administrativo escolar; um estudo de opinião junto a professores de 1º grau. Porto Alegre, UFRGS, 1981. /Dissertação de Mestrado/
60. SILVA JÚNIOR, C.A. da. Supervisão da Educação; do autoritarismo ingênuo à vontade coletiva. São Paulo, Loyola, 1984.

61. TAMBINI, M.I.S.B. A formação do pedagogo. Educação em Debate, Fortaleza, 4(1):108-15, jan./jun. 1982
62. THIOLLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo, Polis, 1982.
63. WACHOUICZ, L.A. A formação do educador. Educação e Sociedade, São Paulo, 3(9):169-73, maio 1981
64. WERNECK, V.R. A ideologia na educação; um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo. Petrópolis, Vozes, 1982.



A N E X O S

## ANEXO 1

Caro (a) Pedagogo (a)

Estamos desenvolvendo, como requisito para conclusão do Curso de Pós-Graduação em Administração Universitária, a nível de mestrado, uma pesquisa sobre o egresso do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.

O êxito desta pesquisa depende, em grande parte, de sua participação, trazendo como consequência melhor definição do campo de trabalho do pedagogo além de subsídios que poderão orientar a reformulação deste curso.

Neste sentido, solicitamos a sua colaboração, preenchendo este questionário, expressando francamente sua opinião a respeito de cada questão e devolvendo-o pelo correio no envelope, ou ao portador do mesmo.

Informamos que as respostas terão caráter estritamente confidencial e que a identificação, apesar de opcional, facilitaria o meu trabalho, pois remeteria novamente este questionário somente para os não respondentes.

Muito agradecida pela colaboração.

Terezinha Bianchini Derner

Profª do Departamento de Estudos Especializados em Educação - Centro de Ciências da Educação - UFSC.

Instruções para preenchimento

- a) Em cada uma das questões assinale aquela alternativa que identifica melhor sua situação.
- b) Complete a informação quando houver solicitação.
- c) O egresso, que no momento não estiver exercendo nenhuma atividade profissional, não deverá preencher o item III Situação Profissional.
- d) A questão vinte e nove (29) deve ser respondida por quem estiver exercendo atividade de especialista, ou seja, supervisor escolar, administrador escolar, ou orientador educacional. Assinalar, de acordo com o cargo, todas as atribuições que lhe dizem respeito.

Observação: Para fins deste trabalho entende-se Cargo como a posição definida na hierarquia de uma estrutura configurada por um conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades que o tornam separado e distinto dos outros cargos. Ex.: cargo de diretor, supervisor, professor, secretário, etc.

Atribuições: Todas as tarefas inerentes ao cargo.

Questionário

## I - CARACTERIZAÇÃO DO EGRESSO

1. Faixa etária (idade atual)

- 1.1. 20 a 25 anos ..... ( )  
1.2. 26 a 30 anos ..... ( )  
1.3. 31 a 35 anos ..... ( )  
1.4. Mais de 36 anos ..... ( )

2. Sexo

- 2.1. Masculino ..... ( )  
2.2. Feminino ..... ( )

3. Estado civil

- 3.1. Solteiro(a) ..... ( )  
3.2. Casado(a) ..... ( )  
3.3. Viúvo (a) ..... ( )  
3.4. Outro ..... ( )

4. Remuneração

Classifique seus vencimentos atuais:

- 4.1. até Cr\$ 97.000,00 ..... ( )  
4.2. de Cr\$ 98.000,00 a 195.000,00 ..... ( )  
4.3. de Cr\$ 196.000,00 a 291.000,00 ..... ( )  
4.4. de Cr\$ 292.000,00 a 388.000,00 ..... ( )  
4.5. de Cr\$ 389.000,00 a 485.000,00 ..... ( )  
4.6. de Cr\$ 486.000,00 a 581.000,00 ..... ( )  
4.7. de Cr\$ 582.000,00 a 677.000,00 ..... ( )  
4.8. Mais de Cr\$ 678.000,00 ..... ( )

## II - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

5. Curso de 2º grau que realizou
- 5.1. Normal ou Magistério ..... ( )
- 5.2. Outro ..... ( )
- 5.3. Ano de conclusão ..... ( )
6. Graduação em Pedagogia
- 6.1. Habilitação Magistério ..... ( )
- 6.1.1. Ano de conclusão ..... ( )
- 6.2. Habilitação Administração Escolar ..... ( )
- 6.2.1. Ano de conclusão ..... ( )
- 6.3. Habilitação Supervisão Escolar ..... ( )
- 6.3.1. Ano de conclusão ..... ( )
- 6.4. Habilitação Orientação Educacional ..... ( )
- 6.4.1. Ano de conclusão ..... ( )
7. Possui registro no MEC
- 7.1. De professor ..... ( )
- 7.2. De especialista ..... ( )
8. Sua graduação em Pedagogia é
- 8.1. de curta duração ..... ( )
- 8.2. plena ..... ( )
9. Cursos de Pós-Graduação
- | Título              | Realizando no momento | Já realizado | Ano Conclusão |
|---------------------|-----------------------|--------------|---------------|
| 9.1. Especialização | ( )                   | ( )          | ( )           |
| 9.2. Mestrado       | ( )                   | ( )          | ( )           |
| 9.3. Doutorado      | ( )                   | ( )          | ( )           |

10. Trabalhou no campo educacional antes do curso de graduação

10.1. Não ..... ( )

10.2. Sim ..... ( )

Especificar: \_\_\_\_\_

### III - SITUAÇÃO PROFISSIONAL

11. No momento está exercendo alguma atividade profissional

11.1. Sim ..... ( )

11.2. Não ..... ( )

Qual \_\_\_\_\_

12. Se respondeu não a questão anterior justifique a razão porque não está trabalhando

12.1. não necessita ..... ( )

12.2. não teve oportunidade de trabalho ..... ( )

12.3. o salário não atrai ..... ( )

12.4. outros motivos ..... ( )

13. Ingressou no trabalho através de:

13.1. concurso ..... ( )

13.2. indicação dos órgãos superiores ..... ( )

13.3. indicação política ..... ( )

13.4. outra forma ..... ( )

Qual \_\_\_\_\_

## 14. Situação funcional

- 14.1. pertence ao quadro do magistério ..... ( )  
 14.2. remunerado por aula ministrada ..... ( )  
 14.3. contratado pela CLT ..... ( )  
 14.4. outro ..... ( )  
 Qual \_\_\_\_\_

## 15. Trabalha em quantos locais

- 15.1. Um local ..... ( )  
 15.2. Dois locais ..... ( )  
 15.3. Três locais ..... ( )  
 15.4. Mais de três locais ..... ( )

16. Nome da(s) instituição(ões) onde trabalha, cargo que ocupa e tempo dedicado a cada um

	Instituição	Cargo	Horas de trabalho na Instituição
16.1.	_____	_____	_____
16.2.	_____	_____	_____
16.3.	_____	_____	_____
16.4.	_____	_____	_____

17. Trabalha no setor

- 17.1. Público ..... ( )  
 17.2. Privado ..... ( )  
 17.3. Ambos ..... ( )

18. Sua atuação profissional é no campo educacional

- 18.1. Sim ..... ( )  
 18.2. Não ..... ( )

19. Se no campo educacional sua atuação é a nível de:

## 19.1. estabelecimento de ensino:

- Pré-escola ..... ( )  
 1ª grau ..... ( )  
 2ª grau ..... ( )  
 1ª e 2ª graus ..... ( )  
 Superior ..... ( )  
 Outro ..... ( )

- 19.2. nível de sistema: SEE ..... ( )  
   UCRE ..... ( )  
   SLE ..... ( )  
   Outro ..... ( )

19.3. empresa ..... ( )

19.4. Outro ..... ( )

Explicite: \_\_\_\_\_

20. Classifique seu horário de trabalho semanal

- 20.1. Até as 20 horas semanais ..... ( )  
 20.2. De 20 a 30 horas semanais ..... ( )  
 20.3. De 30 a 40 horas semanais ..... ( )  
 20.4. Mais de 40 horas semanais ..... ( )

21. Há quanto tempo está no atual emprego

- 21.1. Menos de um ano ..... ( )  
 21.2. 1 a 2 anos ..... ( )  
 21.3. 2 a 5 anos ..... ( )  
 21.4. Mais de 5 anos ..... ( )



22. Seu trabalho se centra mais

- 22.1. a) no aluno ..... ( )  
 22.2. b) no professor ..... ( )  
 22.3. c) no currículo ..... ( )  
 22.4. d) na organização da escola ..... ( )  
 22.5. e) outro ..... ( )

Especifique: \_\_\_\_\_

23. Seu trabalho se centra mais em aspectos

- 23.1. a) administrativos ..... ( )  
 23.2. b) pedagógicos ..... ( )  
 23.3. c) ambos ..... ( )  
 23.4. d) outro ..... ( )

Especifique: \_\_\_\_\_

24. Cargo que ocupa atualmente

- 24.1. Docente (professor) ..... ( )  
 24.2. Especialista      Administração (direção)..... ( )  
                                  Supervisão ..... ( )  
                                  Orientação ..... ( )  
 24.3. Outro ..... ( )

Qual: \_\_\_\_\_

25. Se trabalha como professor especifique

<u>Nome da disciplina</u>	<u>Nº de aulas semanal</u>
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

26. Suas atividades profissionais estão em consonância com a habilitação cursada?

26.1. Sim ..... ( )

26.2. Não ..... ( )

Por que \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

27. Suas funções e atribuições estão definidas na legislação

27.1. Sim ..... ( )

27.2. Não ..... ( )

Cite a legislação: \_\_\_\_\_

28. Cite as principais tarefas que executa. Comece pelas que requerem mais tempo

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

29. Se desempenha funções de especialista (administrador, supervisor, orientador), assinale a seguir, de acordo com o cargo as tarefas que executa:

29.1. Diretor ou administrador escolar ..... ( )

29.2. Orientador educacional ..... ( )

29.3. Supervisor escolar ..... ( )

29.1. Diretor ou administrador escolar:

Assinale com X as tarefas que planeja, coordena ou executa como Administrador Escolar:

- . Coordena a elaboração, execução e avaliação do plano geral ..... ( )
- . Torna conhecida as atribuições específicas de cada setor da estrutura e da organização de pessoal da escola ..... ( )
- . Providencia a conservação, manutenção e higiene do ambiente escolar ..... ( )
- . Coloca à disposição da comunidade as instalações que puderem ser úteis às atividades comunitárias ..... ( )
- . Acompanha, controla e avalia o processo ensino-aprendizagem ..... ( )
- . Coordena a elaboração do relatório anual .. ( )
- . Participa da análise e aprovação dos planos, projetos e outras atividades referentes ao processo ensino-aprendizagem ..... ( )
- . Promove, apoia e convoca reuniões de estudo encontro de professores, treinamentos em serviço e aperfeiçoamento profissional .... ( )
- . Coordena reuniões de:
  - Conselho de classe ..... ( )
  - Pedagógicas ..... ( )
  - Avaliação de desempenho ..... ( )
  - Administrativas ..... ( )
- . Participa de campanhas, festividades, comemorações e outros ..... ( )
- . Organiza cronogramas mensais de atividades. ( )
- . Orienta e estimula o crescimento de Associação de Pais e Professores (APP)..... ( )
- . Participa da definição de linhas, critérios e orientações que assegurem a unidade pedagógica e o desenvolvimento do aluno..... ( )
- . Estimula o trabalho de todos os elementos.. ( )
- . Promove e coordena o processo de integração escola-família-comunidade ..... ( )
- . Propicia um ambiente favorável ao bom relacionamento inter-pessoal ..... ( )
- . Assiste aulas, atos ou exercícios escolares ..... ( )

- . Participa da seleção dos professores que irão atuar na escola ..... ( )
- . O currículo implantado na escola é resultado de:
  - Trabalho conjunto de professores e especialistas da escola ..... ( )
  - Determinações oriundas da Administração Central (SEE) ..... ( )
  - Trabalho coletivo de membros da comunidade, da escola e da Secretaria da Educação..... ( )
  - Promove reuniões de avaliação do plano geral da escola com os pais e representantes da comunidade ..... ( )
  - Prevê a designação do pessoal para determinados cargos, compatíveis com sua habilidade e conhecimento ..... ( )
  - Prevê a obtenção de recursos financeiros junto aos órgãos governamentais e/ou organizações diversas ..... ( )
  - Promove reuniões de avaliação de atividades de ensino com as famílias ..... ( )
  - Assegura a participação da escola em atividades cívicas, culturais, sociais e desportivas da comunidade ..... ( )
  - Prevê a instalação do serviço de saúde, a fim de que os alunos sejam encaminhados à especialistas ..... ( )
  - Prevê programas de atualização para os pais através dos círculos de estudos, encontros e cursos, visando como veículo a Associação de Pais ..... ( )
  - Promove o entendimento com empresas e outras instituições para fins de entrosagem inter-complementaridade ou estágio de aluno ..... ( )
  - Controla a gestão econômica e financeira através de instrumento pertinente ..... ( )

Outras

---



---



---



---

## 29.2. Orientador Educacional

Assinale com X as tarefas que você coordena ou executa como Orientador Educacional:

- . Participa da elaboração execução e avaliação do plano geral da escola ..... ( )
- . Planeja e organiza o serviço de orientação educacional ..... ( )
- . Orienta e acompanha os planos de ensino, com vistas ao desenvolvimento bio-psico-social dos alunos e conseqüente aprendizagem ..... ( )
- . Participa de estudos, diagnóstico e definições com vistas a adequação de currículo e programas de ensino ..... ( )
- . Participa do planejamento, execução e avaliação de:
  - a) Conselho de classe ..... ( )
  - b) Reuniões pedagógicas ..... ( )
  - c) Reuniões com pais ..... ( )
- . Sistematiza, orienta e acompanha a execução do processo de avaliação na escola ..... ( )
- . Dinamiza sessões de estudo, treinamento em serviço e cursos de atualização de professores em aspectos relacionados a área de Orientação Educacional ..... ( )
- . Orienta programa de adaptação e integração dos alunos à escola ..... ( )
- . Coordena o processo de identificação das causas que dificultam o ajustamento e a aprendizagem dos alunos ..... ( )
- . Procede acompanhamento de casos e encaminhamentos ..... ( )
- . Define critérios para a organização das classes ..... ( )
- . Participa do processo de recuperação de estudos ..... ( )
- . Orienta pais, professores e alunos sobre assuntos ligados ao desenvolvimento da criança e do adolescente ..... ( )
- . Acompanha o desenvolvimento vocacional do aluno, coordenando o processo de informação profissional e de sondagem de interesses e aptidões ..... ( )

- . Organiza e mantém atualizado o dossiê individual dos alunos e das classes ..... ( )
- . Supervisiona o estágio de estudantes de cursos de graduação em Orientação Educacional.. ( )
- . Outras

---



---



---



---

### 29.3. Supervisor Escolar

Assinale com X as tarefas que você coordena ou executa como Supervisor Escolar:

- . Planeja as atividades de supervisão ..... ( )
- . Organiza o serviço de supervisão ..... ( )
- . Participa da elaboração, execução e avaliação do plano geral da escola ..... ( )
- . Orienta e acompanha os planos de ensino .... ( )
- . Mantém atualizado, integradamente com a orientador educacional, o diagnóstico da escola ..... ( )
- . Define critérios e organiza as classes juntamente com o Orientador Educacional e Professores ..... ( )
- . Acompanha a adequação do currículo e programa de ensino, métodos e técnicas ao nível de desenvolvimento, interesses e habilidades da classe ..... ( )
- . Participa do planejamento, execução e avaliação de:
  - a) Conselho de classe ..... ( )
  - b) Reuniões pedagógicas ..... ( )
  - c) Reuniões com pais ..... ( )
- . Participa de campanhas, festividades e comemorações promovidas pela escola e outros.... ( )
- . Sistematiza, orienta e acompanha a execução do processo de avaliação na escola ..... ( )

- . Organiza e coordena o processo de recuperação de estudos ..... ( )
- . Participa na identificação e solução dos problemas que dificultam a aprendizagem ..... ( )
- . Organiza e coordena sessões de estudo, treinamento em serviço, curso de atualização para professores e outros ..... ( )
- . Proporciona adaptação e integração aos novos professores da escola ..... ( )
- . Incentiva e promove a integração escola x comunidade ..... ( )
- . Outras

---



---



---



---

#### IV - PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS DE CLASSE

##### 30. Participa de alguma entidade de classe

- 30.1. Não ..... ( )
- 30.2. Sim ..... ( )

Qual: \_\_\_\_\_

##### 31. É sócio de algum sindicato

- 31.1. Não ..... ( )
- 31.2. Sim ..... ( )

Qual: \_\_\_\_\_

##### 32. Ocupa ou ocupou algum cargo numa das seguintes entidades de classe?

- 32.1. ALISC (Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina) ..... ( )
- 32.2. ACP (Associação Catarinense de Professores) ( )

- 32.3. ASESC (Associação dos Supervisores de Santa Catarina) ..... ( )
- 32.4. AOESC (Associação dos Orientadores de Santa Catarina) ..... ( )
- 32.5. APUFSC (Associação dos Professores da UFSC) ( )
- 32.6. Outra ..... ( )

Qual: \_\_\_\_\_

33. Assina e lê revistas técnicas

- 33.1. Não ..... ( )
- 33.2. Sim ..... ( )

Quais: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

V - EDUCAÇÃO PERMANENTE

34. Depois de formado participou de cursos, seminários, palestras, etc., para atualização

- 34.1. Sim ..... ( )
- 34.2. Não ..... ( )

Por que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Cite alguns em que participou

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

35. Tem proferido palestras, participado de mesa redonda, etc.

- 35.1. Sim ..... ( )
- 35.2. Não ..... ( )



36. Já publicou trabalhos como artigos, livros, monografias, outros

36.1. Não ..... ( )

36.2. Sim ..... ( )

Cite nome do(s) trabalho(s) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### VI - AVALIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

37. Motivo pelo qual cursou Pedagogia - (assinale sô o principal motivo)

37.1. Gostava ..... ( )

37.2. Já trabalhava no campo educacional ..... ( )

37.3. Não conseguiu a profissão desejada ..... ( )

37.4. Encaminhado segundo classificação no vestibular ..... ( )

37.5. Outro ..... ( )

Especificar \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

38. Ingressou na Universidade através:

38.1. do Curso de Pedagogia ..... ( )

38.2. de outro curso ..... ( )

Qual: \_\_\_\_\_

39. Fez transferência interna no Curso de Pedagogia de uma habilitação para outra:

39.1. Não ..... ( )

39.2. Sim ..... ( )

Cite a habilitação que abandonou \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

40. Os conteúdos e técnicas abordadas no Curso oportunizaram condições satisfatórias de exercer a profissão?

40.1. Sim ..... ( )

40.2. Não ..... ( )

41. Para o desempenho de sua ocupação na área educacional, considera que os conhecimentos especializados transmitidos satisfizeram

41.1. Plenamente ao nível das tarefas exigidas pela ocupação que desempenha ..... ( )

41.2. Parcialmente em relação as tarefas exigidas na ocupação que desempenha ..... ( )

41.3. Inferior às exigências das tarefas na ocupação que desempenha ..... ( )

42. Em relação à contribuição para o desempenho ocupacional de licenciado em Pedagogia, classifi que as disciplinas que cursou, segundo as convenções sugeridas no quadro a seguir atribuição valor de 5 a 1.

42.1. De utilidade inestimável em comparação às outras disciplinas (5)

42.2. Mais útil do que a maioria das outras disciplinas (4)

42.3. Útil para as ocupações (3)

42.4. Menos útil do que a maioria das outras disciplinas (2)

42.5. Praticamente inútil (1)

Disciplinas	5	4	3	2	1
Sociologia geral					
Psicologia Educacional					
História da Educação					

Disciplinas	5	4	3	2	1
Estatística Educacional					
Estatística Aplicada à Educação					
Princípios e Métodos de Supervisão Escolar					
Legislação do Ensino					
Princípios e Métodos de Administração Escolar					
Educação Comparada					
Filosofia da Educação					
Didática Geral					
Elementos de Orientação Educacional					
Introdução à Filosofia					
Biologia					
Currículos e Programas					
Didática Especial					
Sociologia da Educação					
Biologia da Educação					
Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica					
História da Educação Brasileira					
Estrutura e Funcionamento da Escola de 1º Grau					
Estrutura e Funcionamento da Escola de 2º Grau					
Princípios e Métodos de Orientação Educacional					
Orientação Vocacional					
Medidas Educacionais					
Introdução à Economia					
Metodologia do Ensino					
Desenho Pedagógico					

Disciplinas	5	4	3	2	1
Tecnologia Educacional					
Planejamento Educacional					
Administração da Escola de 1ª e 2ª Graus					
Economia de Educação					
Legislação Social					
Supervisão Escolar da Escola de 1ª e 2ª Graus					
Psicometria					
Estágio Supervisionado					
Prática de Ensino					

OBS.: Ao classificar as disciplinas deverá levar em consideração o conteúdo transmitido pelas disciplinas e sua compatibilização com as tarefas que desempenha. Só se pronuncie a respeito das disciplinas que fizeram parte do currículo do seu curso.

Nome:

Endereço:

## ANEXO 2

Classificação das disciplinas do curso em relação a contribuição para o desempenho ocupacional do licenciado em Pedagogia na Habilitação Administração Escolar.

- a) De utilidade inestimável em comparação com as outras (5)
- b) Mais útil que a maioria das outras disciplinas (4)
- c) Útil para a ocupação profissional (3)
- d) Menos útil de que a maioria das outras disciplinas (2)
- e) Praticamente inútil (1)

Disciplinas	5	4	3	2	1
Sociologia Geral		2	6		
Psicologia da Educação	3	4	2		
História da Educação		2	2	3	
Estatística Educacional	3		4	1	
Estatística Aplicada a Educação	3		5		1
Legislação do Ensino	3	4	2	1	1
Princípios e Métodos de Administração Escolar	5	2	2		1
Educação Comparada	1	1	2	1	
Filosofia da Educação	1	1	5	1	
Didática Geral	3	1	3	1	
Introdução à Filosofia	1		4	3	
Biologia		2	2	1	2
Currículos e Programas	3	4	2		
Didática Especial	2		3	1	
Sociologia da Educação	2	3	3		

Disciplinas	5	4	3	2	1
Métodos e Técnicas de Pesquisas Pedagógicas	3	1	1		
História da Educação Brasileira		2	3	1	
Estrutura e Funcionamento da Escola de 1º Grau	5	3	2		
Estrutura e Funcionamento da Escola de 2º Grau	4	3	2		
Introdução à Economia		2	3	1	2
Metodologia do Ensino	1	3	2		
Desenho Pedagógico	1	2	2		2
Tecnologia Educacional	1	2	1		
Planejamento Educacional	5	3			
Administração da Escola de 1º e 2º Graus	6	1	2		
Economia da Educação		3	2	1	
Legislação Social			4		
Estágio Supervisionado	6	1	1	1	
Prática de Ensino	2	2			

## ANEXO 3

Classificação das disciplinas do curso em relação à contribuição para o desempenho ocupacional do licenciado em Pedagogia na Habilitação Supervisão Escolar.

- a) Mais útil que a maioria das outras disciplinas (5)
- b) De utilidade inestimável em comparação as outras (4)
- c) Útil para a ocupação profissional (3)
- d) Menos útil que a maioria das outras disciplinas (2)
- e) Praticamente inútil (1)

Disciplinas	5	4	3	2	1
Sociologia Geral	1	5	10	1	1
Psicologia da Educação	7	6	3	4	
História da Educação		8	6	4	
Estatística Educacional		1	10	2	2
Estatística Aplicada a Educação	2	2	9	1	1
Princípios e métodos de Supervisão Escolar	13	4		1	
Legislação do Ensino	8	3	4		
Estágio Supervisionado	12	2	2		1
Educação Comparada		4	2	2	
Filosofia da Educação	1	3	8	3	
Didática Geral	10	1	3		1
Elementos de Orientação Educacional	3	3	1	1	
Introdução à Filosofia	1	4	1	5	2
Biologia		5	6	1	
Currículos e Programas	13	4			1
Didática Especial	3	4			
Sociologia da Educação	3	5	8		1
Biologia Educacional	2	3	7		

Disciplinas	5	4	3	2	1
Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica	2	4	1	1	
História da Educação Brasileira	1	2	5	1	
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	10	3	3	1	
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau		2	4		1
Introdução à Economia		2	4	2	
Tecnologia Educacional	2	3	1		
Planejamento Educacional	8	4	1		2
Supervisão do Ensino de 1º e 2º Graus	12	5			1
Prática de Ensino	11	3	1		1
Desenho Pedagógico		1	5	3	
Metodologia de Ensino	5	4	4	1	



## ANEXO 4

Classificação das disciplinas do curso em relação à contribuição para o desempenho ocupacional do licenciado em Pedagogia na Habilitação Orientação Educacional.

- a) De utilidade inestimável em comparação as outras (5)
- b) Mais útil que a maioria das outras disciplinas (4)
- c) Útil para a ocupação profissional (3)
- d) Menos útil que a maioria das outras disciplinas (2)
- e) Praticamente inútil (1)

Disciplinas	5	4	3	2	1
Sociologia Geral	3	12	15	6	1
Psicologia da Educação	23	11	3		
História da Educação	8	3	16	8	2
Estatística Educacional	3	7	16	5	8
Estatística Aplicada a Educação	6	9	15	3	5
Legislação de Ensino	5	6	7	5	3
Educação Comparada	1	5	8	5	1
Filosofia da Educação	3	11	16	9	
Didática Geral	13	12	8	1	1
Elementos de Orientação Educacional	22	8	3		1
Introdução à Filosofia	2	5	13	16	1
Biologia	6	7	9	11	1
Currículos e Programas	14	11	11	3	
Didática Especial	13	7	4	2	
Sociologia a Educação	10	11	15	2	
Biologia Educacional	10	11	9	2	
Métodos e Prática de Pesquisa Pedagógica	10	7	5	4	
História da Educação Brasileira	5	9	8	6	

Disciplinas	5	4	3	2	1
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	14	13	8	2	1
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau	13	13	9	2	1
Princípios e Métodos e Orientação Educacional	24	7	3	2	1
Orientação Vocacional	23	6	7	1	2
Medidas Educacionais	14	15	4	3	1
Metodologia do Ensino	9	10	11	5	2
Desenho Pedagógico	3	6	10	10	5
Tecnologia Educacional	4	8	7	1	4
Estágio Supervisionado	34	2			1
Prática de Ensino	17	3	2		1
Planejamento Educacional	17	6	10	1	
Psicometria	10	4	1	2	1

## ANEXO 5

Classificação das disciplinas do curso em relação à contribuição para o desempenho ocupacional do licenciado em Pedagogia na Habilitação Magistério.

- a) De utilidade inestimável em comparação as outras (5)
- b) Mais útil que a maioria das outras disciplinas (4)
- c) Útil para a ocupação profissional (3)
- d) Menos útil do que a maioria das outras disciplinas (2)
- e) Praticamente inútil (1)

Disciplinas	5	4	3	2	1
Sociologia Geral	2	3	4	1	1
Psicologia da Educação	8	2	1	1	
História da Educação	5	3	2	1	1
Estatística Educacional	1	1	6	1	2
Estatística Aplicada a Educação	1	1	6	1	2
Legislação ao Ensino	5	3	3		
Educação Comparada		4	3		
Filosofia da Educação	5	2	5		
Didática Geral	8	1	1	1	
Introdução à Filosofia	2	2	6	2	
Biologia	1	1	7	1	
Currículos e Programas	8	1	1	1	
Didática Especial	8	2	1		
Sociologia da Educação	6	4	1	1	
Biologia da Educação	6	1	4		
Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica	4	1	2		
História da Educação Brasileira	3	4	1		
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	6	1	1	1	

Disciplinas	5	4	3	2	1
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau	6	2		1	
Introdução à Economia	1		2	4	44
Metodologia do Ensino	6	2	5	2	
Desenho Pedagógico	1	2	5	2	
Planejamento Educacional	6	3	2		
Estágio Supervisionado	7	2	1		
Prática de Ensino	9	2	1		
Tecnologia Educacional	1	1	3		1
Economia da Educação		1	4	1	
Elementos de Orientação Educacional	3		3	1	